



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 7ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a Receber a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional sobre a Violência contra a Mulher no Brasil
- 1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

- 2.1 - Comissão

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissão

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 3/5/2012

Presidência do Deputado Jayro Lessa

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Jayro Lessa - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Carlin Moura - Délio Malheiros - Doutor Viana - Duarte Bechir - Duílio de Castro - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Tiago Ulisses.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Jayro Lessa) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 7ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/4/2012

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro da Silva e da Deputada Luzia Ferreira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Palavras da Deputada Federal Jô Moraes - Palavras da Senadora Ana Rita - Palavras do Sr. Denilson Feitoza Pacheco - Palavras do Secretário Cássio Soares - Palavras da Sra. Eliana Piola - Palavras da Desembargadora Heloísa de Ruiz Combat - Palavras da Promotora de Justiça Nívia Mônica Silva - Palavras do Deputado Federal Eduardo Azeredo - Palavras da Deputada Federal Keiko Ota - Palavras da Defensora Pública-Geral Andréa Garzon Tonet - Palavras da Defensora Pública Laurelle Carvalho de Araújo - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Deputada Luzia Ferreira - Palavras da Sra. Márcia de Cássia Gomes - Palavras da Sra. Maria Izabel Bebela Ramos de Siqueira - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

André Quintão - Dalmo Ribeiro Silva - Liza Prado - Maria Tereza Lara - Rogério Correia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria Tereza Lara, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

O Sr. Presidente – Como Presidente da Comissão Especial da Violência contra a Mulher desta Casa, e em nome do nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, quero dar as boas-vindas a todas e a todos e desejar-lhes uma boa estada entre nós. Passo a palavra à Deputada Federal Jô Moraes, Presidente da CPMI da Violência contra a Mulher e Coordenadora dos Trabalhos, para dar início aos nossos trabalhos.

Destinação da Reunião

A Deputada Federal Jô Moraes (Coordenadora dos Trabalhos) - Boa tarde a todos. Antes de iniciar os trabalhos, agradeço à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ao Presidente, à Comissão Especial, aos funcionários do Cerimonial e de todos os setores que acolheram a comissão que veio realizar esta audiência pública.

Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4/2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público em relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, esta reunião destina-se a realizar audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais com os seguintes convidados:

Composição da Mesa

A Deputada Federal Jô Moraes - Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Senadora Ana Rita, relatora da CPMI da Violência contra a Mulher; e Deputadas Federais Keiko Ota, Vice-Presidente da CPMI da Violência contra a Mulher; e Marina Sant'Anna, membro da CPMI da Violência contra a Mulher; o Exmo. Sr. Deputado Federal Eduardo Azeredo, membro da CPMI da Violência contra a Mulher; as Exmas. Sras. Desembargadora Heloísa de Ruiz Combat, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Costa; e Promotora de Justiça Nívia Mônica Silva, Coordenadora do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça de Direitos Humanos – CAODH –, representando o Procurador-Geral de Justiça, Alceu José Torres Marques; os Exmos. Srs. Cássio Soares, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social; e Denilson Feitoza Pacheco, Secretário de Estado Adjunto de Defesa Social, representando o Secretário, Rômulo de Carvalho Ferraz; as Exmas. Sras. Andréa Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado; Deputadas Luzia Ferreira, relatora da Comissão Especial da Violência contra a Mulher desta Casa; e Maria Tereza Lara, membro da Comissão Especial da Violência contra a Mulher desta Casa; Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora do Consórcio Regional da Promoção da Cidadania - Mulheres das Gerais; Eliana Ferreira da Glória e Silva, conhecida como Eliana Piola, Coordenadora Especial de Políticas Públicas para Mulheres da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Cepam/Sedese – ; Defensora Pública Laurelle Carvalho de Araújo, Coordenadora do Núcleo da Mulher – Nudem –; e Maria Izabel Bebel Ramos de Siqueira, Presidente do Movimento Popular da Mulher – MPM –, filiado à União Brasileira de Mulheres.

Palavras da Deputada Federal Jô Moraes

Exmo. Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão Especial da Violência contra a Mulher, presente nesta Mesa; Exma. Sra. Senadora Ana Rita, relatora da CPMI da Violência contra a Mulher; Exma. Sra. Deputada Federal Keiko Ota, Vice-Presidente da CPMI da Violência contra a Mulher, do Estado de São Paulo; Exma. Sra. Deputada Federal Marina Sant'Anna, membro da CPMI da Violência contra a Mulher, do Estado de Goiás; Exmo. Sr. Deputado Federal Eduardo Azeredo, membro da CPMI da Violência contra a Mulher e autor do requerimento; Exma. Sra. Desembargadora Heloísa de Ruiz Combat, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Costa, que, com toda certeza, anunciará a decisão tomada pelo Presidente hoje pela manhã; Exma. Sra. Nívia Mônica Silva, Procuradora de Justiça do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça, representando o Procurador-Geral de Justiça, Alceu José Torres Marques, que virá acompanhado de um técnico especializado no assunto; Exmo. Deputado Cássio Soares, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, a quem estão afetos os órgãos de Coordenadoria dos Direitos da Mulher e do Conselho Estadual da Mulher; Exmo. Sr. Denilson Feitoza Pacheco, Secretário de Estado Adjunto de Defesa Social, representando o Secretário Rômulo de Carvalho Ferraz, que, por motivos de viagem, não pôde comparecer, mas fez questão de se representar; Sra. Andréa Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais; Exma. Sra. Deputada Luzia Ferreira, relatora da Comissão Especial da Violência contra a Mulher; Exma. Sra. Deputada Estadual Maria Tereza Lara, também membro da Comissão Especial da Violência contra a Mulher; Sra. Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora do Consórcio Regional da Promoção da Cidadania - Mulheres das Gerais. Teremos a presença ainda da Exma. Sra. Eliana Piola, gestora do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Há inúmeros movimentos, entidades e instituições aqui presentes, no entanto passaremos a registrá-los pela importância de sua presença. Início com a Presidente do Conselho Estadual da Mulher, nossa companheira Jovita Levi Ginja. Neste momento, colheremos os depoimentos das entidades e instituições responsáveis pela implementação da Lei Maria da Penha. Gostaria de registrar que hoje estivemos em diligência na Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, na Defensoria Pública e com o Presidente do Tribunal de Justiça. Posteriormente também faremos uma visita às duas varas especializadas. Logo após a intervenção e o depoimento de cada instituição e autoridade aqui presentes, solicito aos presentes que destinem àquela mesa todos os relatórios, pareceres e propostas colhidos durante todo o processo de preparação.

Realizamos uma audiência pública, que foi convocada pela comissão especializada, na qual compareceram inúmeras entidades e instituições. Durante esse início dos trabalhos também já tivemos a notícia de que a comissão receberá algumas denúncias diretas,



uma especificamente da cidade de Carmópolis, onde aconteceu um assassinato cruel de uma garota. Aliás, se os familiares estiverem presentes aqui, peço que nos procurem para destinarmos uma pessoa para colher informações do que aconteceu em Carmópolis. Também peço a todas as demais entidades e instituições que procurem os representantes daquela mesa, para que, no momento certo, ao final dos depoimentos e dos inquirimentos dos parlamentares federais, Senadores e Deputados possamos chamar as entidades para fazerem a entrega formal de todos os relatórios que estejam aqui sendo apresentados.

Acabo de ser informada de que os familiares da jovem de Carmópolis, que se chamava Denise, de 22 anos, assassinada com uma crueldade absurda, amarrada em um coqueiro, já estão aqui. Os nossos consultores já estão se dirigindo a eles para tomar o seu depoimento.

Neste momento, passamos a palavra a nossa relatora, a Senadora Ana Rita, que dará início ao processo de inquirimento às autoridades e, em seguida, passaremos a eles. Algumas instituições dividirão o seu tempo nesse processo. Isso já está combinado. Devido aos limites materiais, os primeiros a falar já estão aqui e, em seguida, passaremos a chamar os que complementarão as suas intervenções. Com a palavra, a nossa relatora da CPMI, Senadora Ana Rita.

Palavras da Senadora Ana Rita

Boa tarde a todas e a todos. Gostaria de fazer uma saudação especial a todos os membros desta Mesa e, em nome do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que está presidindo este momento da abertura inicial, a todos os parlamentares do Estado de Minas Gerais.

Na pessoa do Deputado Federal Eduardo Azeredo, saúdo todos os parlamentares de Minas Gerais, todos os Deputados Estaduais. Saúdo as Vereadoras das Câmaras Municipais, se tiver alguma aqui presente; todos os órgãos aqui representados na Mesa; Desembargadora Heloísa de Ruiz Combat, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Costa; a Exma. Sra. Andréa Garzon Tonet; Dra. Nívia Mônica Silva, Procuradora de Justiça do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça; Exmo. Sr. Cássio Soares, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, com quem já tivemos a oportunidade de conversar um pouco mais cedo; Exmo. Sr. Denilson Feitoza Pacheco, Secretário Adjunto de Defesa Social; Sra. Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora do Consórcio Regional de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais, que tem feito um trabalho muito bom aqui no Estado de Minas. Saudamos, também, toda a nossa CPMI; a Deputado Federal Jô Moraes, que preside esta Comissão; Deputada Federal Keiko Ota, Vice-Presidente; Deputada Federal Marina Sant'Anna. Na pessoas delas e de todos que citei, saúdo todas as pessoas aqui presentes.

Faço um agradecimento a todo o movimento social do Estado de Minas Gerais, juntamente com as nossas parlamentares estaduais e federais deste Estado, que nos ajudaram a organizar esse momento tão importante. Agradeço também a todas as autoridades com quem durante o dia de hoje pela manhã tivemos a oportunidade de conversar. Agradecemos a Defensoria Pública; o Presidente do Tribunal de Justiça; a Delegacia de Atendimento à Mulher; todas as Delegadas que estavam presentes. Faço assim um agradecimento a todos por nos proporcionar essa acolhida e também nos repassar algumas informações importantes para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O nosso papel aqui hoje, que talvez não seja muito agradável para muitas pessoas, é o de cumprir uma tarefa que considero bastante importante. Foi com ela que fomos escolhida para ser relatora de uma comissão que tem uma importante atribuição, qual seja a de investigar a situação de violência em que vivem as mulheres em nosso país. Não só isso, mas também de apurar como os órgãos públicos estão atendendo às mulheres em situação de violência. Quando falo órgãos públicos estou me referindo aos Poderes Executivo e Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Então, o nosso papel aqui hoje é o de identificar quais são as principais fragilidades, problemas que os órgãos públicos enfrentam na aplicação de um conjunto de leis que devem proteger as mulheres e que, muitas vezes, percebemos que nem sempre é aplicado adequadamente. Por isso houve a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Temos um número expressivo de homicídios contra as mulheres no País. De acordo com o Instituto Sangari, de 1998 a 2008, foram assassinadas mais de 42 mil mulheres, uma média nacional em torno de quatro homicídios para cada 100 mil mulheres. Então, alguma coisa não anda muito bem. Temos um conjunto de legislação, do qual temos em particular a Lei Maria da Penha, que prevê medidas protetivas, várias providências que devem ser adotadas pelos poderes constituídos no sentido de proteger essas mulheres, no entanto as mulheres continuam sendo assassinadas.

Diante disso, a CPMI se propôs a fazer esse levantamento e essa investigação, mas com um grande objetivo, o de melhorar o atendimento à mulher em situação de violência. Então, o nosso papel é o de apurar, levantar essa situação, mas principalmente de apresentar sugestões de como superar essas dificuldades. Portanto, acreditamos que a CPMI poderá e certamente irá oferecer uma importante contribuição para que o Estado brasileiro avance na proteção às mulheres em situação de violência. Gostaria de levantar algumas questões antes que nossos convidados iniciem suas falas, mas me parece que a Presidenta vai fazer alguns registros.

A Sra. Coordenadora – Rapidamente, apenas para agradecer a presença entre nós dos Juízes de Direito Relbert Chinaldre Verly, da 13ª Vara Criminal Especializada de Crimes contra as Mulheres, e Nilseu Buarque de Lima, da 14ª Vara Criminal, que nos acompanharam na visita ao Tribunal de Justiça; do Dr. José Wilson Carlos, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania; e da Presidente do Conade de Carmópolis.

A Senadora Ana Rita – Obrigada, Sra. Presidenta. A violência contra mulheres é um dos mais graves impeditivos ao pleno exercício da cidadania feminina. Além disso, ela dificulta o desenvolvimento econômico do País, impacta negativamente a saúde pública, impede o aprofundamento da democracia no Brasil e tem profunda repercussão na vida das mulheres. Um dos maiores obstáculos à superação da violência contra mulheres é exatamente a cultura institucional de violação dos direitos das mulheres - o sistema patriarcal institucionalizado, o senso comum dos juristas e a tolerância estatal.

Foi exatamente para investigar essa tolerância estatal que foi criada a CPMI, um instrumento do Congresso Nacional para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar as denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. É exatamente por esse motivo que estamos aqui: para investigar o tratamento que as mulheres estão recebendo dos poderes públicos. Para tanto, as informações prestadas pelos



Estados são fundamentais ao nosso trabalho. Lamentamos o fato de não termos recebido com antecedência as informações oficiais das instituições públicas do Estado de Minas Gerais. O Poder Executivo Estadual, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública não remeteram, até o presente momento, as informações solicitadas. Diante disso, concedo o prazo de uma semana para que todas as informações requeridas por essa CPMI sejam enviadas ao Congresso Nacional, se porventura não forem apresentadas nesta audiência pública. Do contrário, a CPMI irá convocar todos os poderes a prestarem esclarecimentos no Congresso Nacional, em Brasília. Esse é um procedimento que a CPMI está adotando em todos os Estados, e foi o que fizemos também em Pernambuco, primeiro Estado que visitamos.

É dever dos poderes públicos - Executivo, Judiciário e Legislativo - atuar para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres. O Congresso Nacional está fazendo a sua parte ao criar essa CPMI, como fez ao criar a Lei nº 11.340, de 2006 - Lei Maria da Penha. Os índices de violência no Brasil são assustadores e deveriam envergonhar todos os gestores e todas as instituições públicas. A complexidade da violência doméstica e as novas vulnerabilidades expõem as mulheres a diferentes formas de violência, como o “crack” e a criminalidade organizada. Os poderes públicos devem ser capazes de responder a essas novas violências e prevenir essas vulnerabilidades. Da mesma forma, as diferenças entre campo e cidade assim como os marcadores de raça e etnia, idade, orientação sexual e deficiências, entre outros, impõem que se pense no acesso de todas as mulheres aos serviços públicos.

No Brasil, desde 1997, observa-se uma taxa mais ou menos constante de homicídios de mulheres, em torno de 4,2 a 4,4. Isto é, morrem mais de 4 mil mulheres, anualmente, no Brasil. Diminuir a taxa de “femicídios” é um desafio que os Estados devem perseguir com obstinação. Minas Gerais ocupa o 19º lugar na posição no “ranking”, o que demanda pensar medidas para diminuir os índices de “femicídios”.

Peço licença aos nossos convidados para fazer alguns questionamentos iniciais, porque é dessa forma que estamos procedendo nas audiências públicas que realizamos com autoridades federais, no Congresso Nacional, e no Estado de Pernambuco. A título de informação, o Estado de Minas Gerais é o segundo a visitarmos, não que seja o 2º Estado em homicídio contra as mulheres. Conforme eu disse, Minas Gerais é o 19º, mas, como a organização dos trabalhos nesse Estado foi mais rápida, estamos aqui hoje. Para as próximas semanas, já há visitas agendadas em diversos outros Estados, quando procederemos da mesma forma. Então, faço aqui alguns questionamentos para as autoridades que fazem parte da Mesa, principalmente para as que foram convidadas para prestar informações e esclarecimentos.

No que se refere à violência contra mulheres em Minas Gerais, segundo estudos realizados pelo Centro de Estudos e Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais - Crisp - em 2001 e 2006, houve um aumento da violência contra mulheres. Chama a atenção no estudo o fato de 98% das ocorrências dos casos de lesão corporal, em 2006, sequer terem sido transformadas em registro de ocorrência nas delegacias. Pergunto: qual o número de ocorrências de lesão corporal nos últimos cinco anos nas delegacias de polícia? Quantas dessas ocorrências geraram inquéritos policiais?

Quero aqui fazer uma ressalva. Estivemos hoje, pela manhã, na delegacia e conversamos com todas as delegadas - aliás foi uma conversa muito boa -, mas cabe a mim fazer estas perguntas, embora tenhamos conversado um pouco sobre isso. Aqui é o momento oficial para o registro dessas informações. Desses inquéritos, quantos foram objeto de denúncias pelo Ministério Público? E quantas denúncias resultaram em condenação? Quantas condenações resultaram em efetivo cumprimento da pena?

Com relação às delegacias da mulher, elas são importantes equipamentos para recebimentos das ocorrências. No entanto, para que estas sejam adequadamente processadas, é necessária capacitação permanente dos policiais e uma abrangência territorial cada vez maior. Hoje pela manhã, em diligência à Deam, observamos que as mulheres são atendidas em espaço inadequado, sem privacidade. Também observamos que a atual estrutura não comporta o volume de processos em tramitação nem suportaria a necessária ampliação do quadro de pessoal. Foi possível observar o empenho das Delegadas, o esforço que elas têm feito. No entanto, consideramos que o espaço físico para atendimento às mulheres é insuficiente em função da demanda. Tivemos oportunidade de observar também um número muito expressivo de processos num espaço em que não há nem lugar para guardá-los. Diante disso, pergunto: quais são as medidas que a Secretaria de Segurança Pública está tomando para resolver esses problemas? Há dotação orçamentária este ano com tal finalidade? Quantas delegacias especializadas existem em funcionamento no Estado e qual sua abrangência? Quantos cursos de capacitação foram ofertados aos profissionais e qual o número de profissionais capacitados? A capacitação é permanente? De quanto em quanto tempo é oferecida? Os policiais militares também recebem capacitação? Qual o orçamento que a Secretaria de Segurança destinou em 2011 para a implementação das delegacias da mulher no interior? Qual a estrutura das delegacias comuns que recebem registros de violência contra mulheres? Há servidores em número suficiente? No registro de ocorrência policial há campo de identificação para os crimes da Lei Maria da Penha? Quantas medidas protetivas são encaminhadas mensalmente ao Poder Judiciário? Quantos inquéritos são encaminhados ao Ministério Público?

Em relação à violência sexual contra mulheres, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams - não foram criadas para atender especificamente a violência doméstica, mas toda e qualquer violência contra mulheres. No entanto, na diligência de hoje pela manhã, verificamos que a delegacia não está registrando ocorrências de estupro por falta de estrutura. Recebemos ainda a informação de que o grupo especializado em crimes sexuais foi desativado. Que providências estão sendo tomadas para que as Deams tenham estrutura para realizar plenamente sua atividade, incluindo registro e investigação dos crimes sexuais? Quem está hoje investigando os crimes de violência sexual? Isso tem implicações diretas no direito à realização do abortamento legal? Quem está informando as mulheres onde realizar o abortamento legal a que têm direito independentemente da ocorrência policial? Que hospitais estão realizando o serviço de abortamento legal na Capital e no interior? E no interior, cobrem todo o Estado?

Em relação aos Juizados de Violência Doméstica, a Lei Maria da Penha determina que o Poder Judiciário instale as Varas ou Juizados de Violência Doméstica contra a Mulher com equipe multidisciplinar. As duas Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar têm, cada uma, mais de 20 mil processos, o que é absolutamente inviável. Hoje pela manhã, na visita ao Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente assinou documento criando uma terceira Vara de Violência Doméstica em Belo Horizonte. Pergunto:



quando efetivamente a vara começará a funcionar? Qual a perspectiva para a criação de varas no interior do Estado? As varas especializadas têm dupla jurisdição - criminal e familiar -, como determina a Lei Maria da Penha?

Recebemos denúncia de que nas duas Varas de Violência Doméstica são realizados cultos semanais nos gabinetes dos magistrados e que muitas mulheres que procuram a Justiça são encaminhadas à Igreja. A Corregedoria de Justiça tomou conhecimento desse fato? Que medidas tomará para evitar essa prática que mistura convicções religiosas e prestação jurisdicional? Ainda no que se refere à violência doméstica, quantos agressores foram condenados? Quantas medidas protetivas foram concedidas? As medidas estão sendo concedidas no prazo legal?

Em relação à rede especializada de atendimento, conforme informação da Secretaria de Mulheres, há oito casas-abrigo no Estado. Qual a média mensal de mulheres atendidas em cada uma delas? Elas são capazes de cobrir a demanda de todo o Estado? Como a transversalidade de gênero, raça, orientação sexual, deficiências e outras são incorporadas nas políticas de acolhimento às mulheres? Que medidas têm sido desenvolvidas para integrar as mulheres soropositivas nas políticas públicas, já que o HIV-aids hoje se apresenta como um fator de vulnerabilidade das mulheres? Há algum concurso público aberto para o preenchimento das vagas necessárias ao pleno funcionamento dos serviços? Qual a política do Estado para a associação das novas violências, como o “crack”, à violência doméstica?

Em relação aos organismos de políticas para as mulheres, existem atualmente apenas 12 organismos municipais de mulheres e uma coordenadoria estadual. Que políticas estão sendo realizadas para incentivar a criação dos organismos de mulheres nos mais de 700 Municípios? Qual o orçamento do Estado destinado à política de enfrentamento à violência contra mulheres? O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher é um organismo de controle social e de participação na elaboração das políticas. Qual tem sido a participação do Conselho na elaboração e monitoramento das políticas públicas?

Estas são as perguntas que gostaria de fazer neste início. Para que os nossos convidados possam respondê-las, novamente faço esta ressalva: tivemos oportunidade de conversar sobre algumas dessas questões durante as visitas hoje cedo, aliás quero agradecer essas visitas, pois foram muito importantes. No entanto, a nossa tarefa é fazer esses questionamentos porque aqui não se trata de um seminário nem de uma audiência pública comum, mas de uma comissão parlamentar mista de inquérito, que tem o papel de apurar e investigar a situação de violência. Então, cabe-me essa tarefa de fazer todos esses questionamentos. Possivelmente alguns até considerem prepotência da nossa parte, mas não é. Na verdade, é tarefa nossa e papel nosso. Gostaria muito de receber essas informações. Se porventura nem todas puderem ser oferecidas aqui hoje, daremos um prazo de uma semana para que cheguem à Secretaria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Era isso o que tinha a dizer por enquanto. Muito obrigada.

A Sra. Coordenadora – Agradecemos ao coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Militar a presença. Dispostos de até 20 minutos para o depoimento das autoridades. A dinâmica é escutarmos as autoridades do Estado e, em seguida, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da sociedade civil. Com a palavra, o Sr. Denilson Feitoza Pacheco.

Palavras do Sr. Denilson Feitoza Pacheco

Muito obrigado. Cumprimento inicialmente a Deputada Federal Jô Moraes, Presidenta da CPMI; os demais membros da Comissão da CPI Mista da Violência contra a Mulher, como a Deputada Federal Keiko Ota, a Senadora Ana Rita, o Deputado Federal Eduardo Azeredo, a Deputada Federal Marina Sant'Anna; todos os colegas e as colegas que estão compondo as mesas de trabalho agora. Além disso, tenho a audácia de cumprimentar todas as mulheres presentes nas figuras das minhas colegas Dras. Andréa Tonet, Defensora Pública-Geral, e Nívia, nossa Procuradora do Ministério Público; nossa chefe e Comandante da Cepam, Sra. Eliana Piola, e todas as mulheres presentes.

Senhoras e senhores, passo agora a falar em nome da Secretaria de Defesa Social. Peço desculpas, pois assumi há dois dias, que aliás foram muito estimulantes. Trago uma palavra do Governador, Prof. Anastasia. Foi uma determinação pessoal dele. Aliás, ontem nos telefonou pessoalmente para conversar dizendo que fazia questão absoluta de que o Secretário de Estado ou o Secretário Adjunto estivesse aqui, desse toda atenção, fornecesse todas as informações e colaborasse de todas as maneiras possíveis com a CPMI da Violência contra a Mulher.

Isso posto, temos de dar respostas. Até tomei ciência neste momento, mas é o Estado de Minas Gerais quem está tomando ciência e tem o dever de prestar essas informações. Chamou-me muito a atenção, pois pedi a cópia ao Secretário, que está apoiando a CPMI, das cinco indagações feitas anteriormente ao Estado de Minas Gerais. Pude perceber que a Senadora Ana Rita, de maneira muito apropriada, fez outras indagações que não estão aqui. Ai, já solicitei ao Secretário que nos forneça todas as indagações porque nosso interesse é responder não só o que está neste ofício, mas também o que V. Exa. expôs aqui com muita propriedade.

Numa questão séria como essa, queremos dar todas as respostas possíveis, principalmente por se tratar de um Estado com 20 milhões de habitantes. Já pedi que nos mandem todas as indagações. Para mim a questão da violência contra a mulher não é somente a relevância do tema, pois tive a felicidade, sem falar mal do meu pai, de ser criado pela minha mãe, que enfrentou todos os tipos de violência, uma mulher pobre, de uma família pobre, numa região pobre. Mas essa mulher, sem nenhum estudo, conseguiu criar todos os seus filhos. E todos eles tiveram muito sucesso - hoje eu tenho dois mestrados, doutorado e dois pós-doutorados, graças a essa mulher. Sou pai de duas filhas, então, para mim, a questão da violência contra a mulher é pessoal, e não, somente uma questão de Estado. É bom quando temos esse tipo de conexão. Foram dois dias emocionantes no que diz respeito à violência contra a mulher. Gostaria de dar essas respostas agora, mas me comprometo a responder a todas.

Uma das questões colocadas é que, para se estabelecer políticas públicas, precisamos de dados. Tive a felicidade de saber que nosso Centro Integrado de Informações de Defesa Social - Cinds - e eu estava até conversando com a Eliana Piola agora sobre isso - fez um estudo muito interessante que vai subsidiar nossas políticas públicas. Para estabelecermos uma política pública em relação à violência contra a mulher, precisamos compreender esse fenômeno: a violência física, a moral, a sexual, a psicológica. O Cinds fez um levantamento chamado Regiões Integradas de Segurança Pública - Risps. Vamos dizer, por exemplo, que as Risps 1, 2 e 3 pegam boa parte da população do Estado de Minas Gerais e dos problemas, principalmente os relacionados à criminalidade. Esse estudo procurou



entender o fenômeno, porque às vezes achamos que entendemos um fenômeno, mas ele ainda é uma coisa intuitiva, não organizada. Estávamos discutindo aqui um documento sigiloso, que ainda está no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - e da Secretaria de Estado de Defesa Social - Seds. Ele nos traz alguma luz, demonstrando, por meio de uma determinada técnica, a análise de dados, a correspondência múltipla de dados. Isso nos trouxe muita luz para compreendermos esse fenômeno no Estado de Minas Gerais. Vamos repassar esse documento para a CPMI, a fim de que possamos visualizar melhor as coisas que intuimos. Nessa técnica, demonstramos o que intuimos em dados. Por exemplo, a violência física, na sua maioria, tem uma proximidade com a questão da relação amorosa. Constatamos que, de fato, a mulher casada, curiosamente, está mais sujeita à violência física que uma mulher solteira. Vimos alguma correlação entre relações de amizade e a violência psicológica, que é também um dado muito interessante. E ainda alguma correlação entre relação de amizade e violência sexual. Mas essa não é tão próxima como a violência psicológica. Isso me chamou a atenção. Com base no estudo feito com a Secretaria de Defesa Social, poderemos estabelecer uma política estratégica, planos, ações, programas e projetos, de maneira mais fundamentada e com a maior eficiência possível.

O Secretário de Defesa Social e o Secretário Adjunto assumiram há pouco tempo, mas já retomamos o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que é desenvolvido pela Seds, em parceria com a Seplan. Está aqui a coordenadora. Temos uma Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres. Esse plano será finalizado em maio e é algo muito complexo, envolvendo os vários equipamentos públicos da sociedade, como o Instituto Mineiro de Saúde Mental e Social - Albam. A elaboração do plano está sendo feita sob a orientação da Seds e da Seplan. Como a Seds está entrando no Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher? Fazendo o diagnóstico situacional. Para se estabelecer políticas sérias em relação a isso, é preciso compreendermos o fenômeno e estabelecer um plano eficiente no combate à violência contra a mulher.

A Eliana Piola vai falar, com mais propriedade, sobre algo que é coordenado em conjunto. Isso é conduzido por ela, juntamente com o Secretário Adjunto de Defesa Social. Estou me referindo ao Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que será o primeiro do Brasil, envolvendo muitas pessoas, como sempre acontece em questões complexas. A violência contra a mulher não é uma questão de polícia, uma questão desta ou daquela Secretaria, pois é uma coisa que deve envolver as forças do Estado e da sociedade civil para que possa ser enfrentada.

E esse Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que é o primeiro no Brasil, está em vias de formalização. Ele já está funcionando, mas precisa ser formalizado em termos de institucionalização: Secretaria de Saúde, Secretaria de Trabalho, Secretaria de Desenvolvimento Social, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública – temos aqui ao nosso lado a Defensora Pública-Geral do Estado -, Promotoria de Justiça, Polícia Civil, Polícia Militar e a própria Secretaria de Defesa Social. Então, são notícias concretas do Estado de Minas Gerais em relação a isso.

Também recebemos várias estatísticas, e quero deixar os meus parabéns. Aliás, observo que a Dra. Margaret de Freitas está ali. É um prazer enorme revê-la. Tive o prazer de tê-la como aluna em um curso de Inteligência de Estado, e ela apresentou também um “paper” - chamaremos assim - da atuação da violência contra a mulher, trazendo as várias informações sobre esse fenômeno aqui, no âmbito de Belo Horizonte, mais especificamente da Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher de Belo Horizonte.

Os dados de 2009 para cá é que são realmente assustadores. O importante é saber que existe uma política, uma estratégia, planos, ações, programas e projetos concretos, que estão sendo feitos em relação a isso. Haverá essa informação por escrito, no momento em que eu receber a complementação das indagações, além dessas que estão no ofício e também dessas que V. Exa. coloca aqui, no momento.

Há aqui os dados dos expedientes apartados de medidas protetivas já emitidas pela Justiça. Essa Delegacia realmente está trabalhando. Parabéns. Em 2009, foram 5.433 expedientes apartados de medidas protetivas; em 2010, 8.475; em 2012, já são 2.351. Se fizermos uma projeção, serão mais de 9 mil expedientes apartados de medidas protetivas. Os inquéritos policiais concluídos e remetidos à Justiça também estão sendo informados neste documento aqui. Os dados de que dispomos são de 2009 para cá, mas já abrangem três anos e tornam possível fazer a projeção para o ano de 2012. Por exemplo, em 2009, foram 1.837 inquéritos policiais concluídos e remetidos à Justiça, e, em 2010, 4.657. Isso quer dizer que não estamos aqui brincando com essa questão da violência contra a mulher. Devemos melhorar, aperfeiçoar e ir muito além, mas é bom saber que já existe todo esse tipo de trabalho realizado.

Autos de prisão em flagrante. Em 2009, foram 296 homens presos. Não que queiramos os homens presos, mas, se fizerem mal às mulheres e for crime, queremos, sim. Em 2010, foram 719 homens presos; em 2011, foram 318, e, em 2012, até agora – parece-me que estes dados são de até março -, já são 86 homens presos. Mandados de prisão. Em 2010, foram cumpridos 49 mandados de prisão; em 2011, foram 55, e, em 2012, são 29 mandados.

Boletins de ocorrência. Só para esclarecer, em Minas Gerais, há o Registro de Eventos de Defesa Social - Reds. A maioria dos Estados do País não tem isso. Conseguimos integrar o nosso sistema, todos os registros que entram no que chamamos de defesa social, envolvendo Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Administração Prisional, Prevenção Especial à Criminalidade e também a política de drogas, tudo isso está dentro de uma única Secretaria. No Estado do Rio de Janeiro, são quatro Secretarias de Estado; no Espírito Santo e no Amazonas, são três Secretarias de Estado; e aqui há apenas uma Secretaria. Isso possibilita que tenhamos uma visão de conjunto.

A partir da assunção do Secretário de Defesa Social, que é o Dr. Rômulo Ferraz, temos esse desafio, que já estamos cumprindo. Pois falamos muito em integração, mas integração para fora. Qual foi a nossa surpresa em descobrir que não havia integração para dentro! Então, as cinco Secretarias estão integrando seus programas e projetos. Exemplificando, há o Programa de Controle de Homicídios, como também existem mulheres mortas, que era a Coordenação Geral de Prevenção Especial à Criminalidade, que foi integrada com a Subsecretaria de Drogas, um potencializando o outro. Então, conseguimos pegar o Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo e integrá-lo ao Programa Rua Livre e ao Programa Aliança pela Vida, e está ficando algo bem interessante. Estamos potencializando os recursos para ter maior eficiência.



Esse foi o desejo do Governador ao escolher dois Secretários que têm um perfil técnico. Somos oriundos do Ministério Público. Sou um Procurador de Justiça, mas agora sou Secretário de Estado. Então, temos essa visão e chamamos isso de transversalidade. Não queremos saber se o recurso está na Secretaria de Saúde ou na Educação. Como isso não é plataforma para nenhuma outra coisa, queremos integrar tudo quanto é tipo de programa e política, inclusive no caso do enfrentamento.

Aliás, falando sobre os dados do Registro de Eventos de Defesa Social – Reds -, apenas para os senhores terem uma comparação, temos um Estado irmão que está tendo avanços muito grandes na área da segurança pública: o Rio de Janeiro. Tenho que parabenizar os nossos colegas da Secretaria de Segurança Pública de lá, pois estão tentando avançar em uma coisa: nos registros de ocorrência. Para estabelecermos política pública, precisamos de dados. Precisamos ser capazes de monitorar o que está acontecendo para fazer alguma coisa de sério. Mas lá 70% dos registros ainda são feitos à mão, num papelzinho pequeno. Em Minas Gerais, por exemplo, no âmbito da Polícia Militar, 100% dos registros são feitos numa base de dados. O Estado é dividido em 18 regiões, e faltam apenas 3. Ou seja, Minas Gerais está muito avançada no que diz respeito ao registro dos dados e ao seu monitoramento para que possamos examiná-los e estabelecermos políticas públicas sérias.

Entretanto, vi uma coisa que me chamou muito a atenção e está, aliás, nas mãos da nossa colega Eliana Piola, que é da Secretaria de Desenvolvimento Social, outra Secretaria de Estado, mais uma sugestão para ser incluída no Reds, o registro integrado de tudo, definindo políticas sérias: o campo de violência doméstica. Isso me chamou muito a atenção. Isso possibilitará, com a inserção da violência doméstica como item específico no Reds, termos políticas públicas mais eficientes, porque serão mais dirigidas. Exemplificando: registrar homicídio é uma coisa; registrar homicídio no contexto de violência doméstica é uma coisa diferente. Ou seja, isso dará maior visibilidade ao fenômeno da violência doméstica contra a mulher. Aqui o fenômeno da violência contra a mulher é muito mais amplo que a violência doméstica. Não há apenas os crimes de violência não criminais praticados contra a mulher: há a violência física, a patrimonial, que podem não estar no contexto da violência doméstica. Precisamos compreender se a violência contra a mulher tem um aspecto de desrespeito à mulher em si, independentemente de ser violência doméstica. Será que a mulher é mais vítima de violência patrimonial em razão de ser mulher?

Chamou-me muito a atenção o fato de a mulher solteira ser mais vítima de violência. Há uma correlação entre mulher solteira e violência patrimonial. Isso me chamou muito a atenção. O que significa isso? Que tipo de política podemos fazer em relação a isso? Quer dizer, a mulher solteira, pelo estudo do Cinds, da Secretaria de Defesa Social, mostra-nos algo com relação a isso, aplicando-se aquela técnica de análise de dados que citei. Será que é porque a mulher está andando sozinha? O que significa isso? Precisamos entender esse fenômeno para lidarmos com o fenômeno da violência contra a mulher em um contexto mais amplo, aliás, de todos os tipos de violência, e não, apenas a violência doméstica.

Outra coisa que queria destacar - e por isso falei de ontem para hoje que foi muito emocionante, porque dá gosto ver tantas instituições diferentes - para compartilharmos o que entendemos sobre o papel do parlamento: muita gente pensa que o principal papel do parlamento é fazer legislação. Entretanto, entendemos que o principal papel do parlamento é fiscalização e controle, porque é o controle parlamentar que aperfeiçoa as instituições. Então, o principal papel do parlamento é exatamente esse tipo de papel. Por exemplo, um trabalho de uma CPMI consegue catalisar, agregar esforços que às vezes estão separados.

Ontem vimos um trabalho do Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - aliás, não apenas contra a mulher, pois ele é mais amplo - que chamou muito minha atenção. É um trabalho conjunto de várias instituições. Nesse caso, temos o aspecto da violência sexual. Ela é uma coisa muito delicada porque a mulher vai sofrendo várias violências, e não, apenas aquela daquele momento da violência sexual. Por exemplo, a mulher sofrerá um exame no hospital, depois será submetida a um exame de corpo de delito no Instituto Médico-Legal... Ou seja, a cada vez que se toca em uma mulher para fazer um exame, isso aprofundará e ampliará a violência que ela já sofreu. Ela presta uma declaração, depois outra declaração.

Ontem o Dr. Celso Pena e a Dra. Maria de Lourdes, Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, nos deram notícias de um curso em que a Secretaria de Defesa Social terá um papel, em seguida, que é o fórum de treinamento da implantação do protocolo de coleta de material biológico das vítimas de violência sexual e do protocolo de implantação da cadeia de custódia. Isso é uma coisa muito importante porque, se é coletado de maneira inadequada o material biológico de uma mulher que sofreu uma violência sexual, isso deverá ser feito novamente e aprofundará e ampliará a violência contra a mulher.

Então, será feito amanhã, no Hotel Serra da Moeda, um trabalho da Polícia Civil de Minas Gerais, por meio do IML, com o Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Doméstica, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado de Minas Gerais e com a Associação Casa Novella. É uma capacitação de 69 médicos legistas do Estado de Minas Gerais quanto ao protocolo de como coletar o material biológico das vítimas. Não é só o modo como pegar no corpo de uma pessoa para coletar material biológico que vai determinar futuramente quem foi o autor da violência. A coisa é mais profunda, e existem certas formas e protocolos que melhoram a situação e reduzem essa nova violência que é submeter a mulher a exame. Mas é preciso submetê-la ao exame para determinar quem foi o agressor e tomar as providências, causando a inibição de futuros agressores.

Então, achei maravilhoso esse primeiro fórum de treinamento da implantação do protocolo de coleta de material biológico das vítimas de violência sexual, quer crianças, quer adolescentes, quer adultas. Esse protocolo refere-se à mulher em todas as faixas etárias. E também o protocolo de implantação da cadeia de custódia. Se a mulher foi examinada dentro do hospital e esse material biológico foi coletado, o ideal é que não seja feito novo exame nela. Então, 69 médicos legistas estão sendo capacitados nesses dois protocolos, e também serão treinados no diagnóstico de suas respectivas regiões. Esses 69 médicos cobrem todas as regiões do Estado, e serão multiplicadores, vão repassar esse conhecimento para médicos que estão no hospital local, ou para uma clínica que está no hospital local, de tal maneira que o médico que se encontra naquele determinado hospital tenha condições de coletar esse material biológico e preservá-lo para efeitos de prova. Existe um “kit”, um determinado tipo de armário, um determinado estojo para coleta. Achei essa ideia maravilhosa, e a Secretaria de Defesa Social entra com a Assembleia Legislativa, porque duas emendas parlamentares destinaram esses recursos para lá, para que essa capacitação seja feita, não só em relação a esses médicos legistas - isso já será feito amanhã, dia 28 de abril, na Serra da Moeda -, mas também a capacitação, relativa ao atendimento da mulher criança,



adolescente ou adulta, vítima de violência sexual, de policiais militares e civis e Conselheiros Tutelares no Estado de Minas Gerais. Então, nesse tipo de atendimento à mulher, também será feita uma capacitação de policiais militares e civis e de Conselheiros Tutelares.

Há várias outras coisas, vou encaminhar esse material à CPMI. Esse processo é dinâmico: no enfrentamento da violência contra a mulher, não existe um estado ideal, essa luta é eterna, é um processo em relação ao qual temos que estar sempre vigilantes. O Governador Anastasia e a Secretaria de Estado de Defesa Social e as outras Secretarias estão comprometidas com isso. Parabéns ao trabalho da CPMI, que é extremamente importante para a sociedade brasileira, porque há questões históricas, e essa é bastante evidente. Obrigado.

A Sra. Coordenadora - Obrigada. Lembro aos convidados que em seguida os parlamentares federais voltarão a inquiri-los, e gostaríamos que respondessem essas perguntas. Agradeço a presença das Sras. Margaret Rocha, que desde cedo nos atendeu com muita atenção; Marlene Alves de Almeida Silva, Presidente da OAB; Lúcia Maria Ziller, da OAB Mulher; Carmen Rocha, Subsecretária de Direitos Humanos da Sedese; Célia de Castro, Coordenadora do Espaço Bem-me-querer, da Prefeitura de Contagem; Maria do Carmo Freitas Costa, representando a Coordenadoria de Políticas para Mulheres de Contagem; Rosa Vargas, Coordenadora de Políticas para Mulheres de Betim; Lúcia Helena Apolinária, Coordenadora da Coordenadoria Municipal da Mulher de Belo Horizonte; Margareth Cruz, da Coordenadoria de Mulheres de Nova Lima; Aparecida Moura, Presidente do PMDB Mulher; Dalva Stela, Presidente Municipal do PCdoB de Minas Gerais; Izabel Lisboa, Presidente do Conselho Municipal da Mulher de Belo Horizonte. Registro o nome do Cap. Cléverson Natal de Oliveira, a quem já cumprimentei. Agradeço também a presença dos Deputados Padre João e Rogério Correia.

Agora, passaremos a palavra ao nosso Secretário de Desenvolvimento Social, Deputado Cássio, que compartilhará seu tempo com a gestora do Pacto Nacional, Eliana Piola.

Palavras do Secretário Cássio Soares

Muito obrigado, cara Presidente da Comissão Especial da Violência contra a Mulher, Deputada Federal Jô Moraes, a quem cumprimento pela condução dos trabalhos. Cumprimento também meu colega de Parlamento, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão Especial da Violência contra a Mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; o ex-Governador e atual Deputado Federal Eduardo Azeredo, também membro da CPMI da Violência contra a Mulher; a Senadora Ana Rita, relatora da CPMI da Violência contra a Mulher; a Deputada Federal Keiko Ota, Vice-Presidente da CPMI da Violência contra a Mulher; a Deputada Federal Marina Sant'Anna; a Desembargadora Heloisa Helena de Ruiz Combat; a Promotora de Justiça Nívia Mônica da Silva; a Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Andréa Garzon Tonet; o Secretário Adjunto de Defesa Social, Denilson Feitoza Pacheco, que nos brindou com uma bela explanação; a Deputada Luzia Ferreira, minha colega de Parlamento e relatora da Comissão Especial da Violência contra a Mulher desta Casa Legislativa; a Deputada Maria Tereza Lara, também desta Assembleia Legislativa; o Deputado Federal Padre João; o Deputado Rogério Correia, meu colega de Parlamento, que esteve aqui mais cedo; a Subsecretária de Direitos Humanos da Sedese, Carmen Rocha, que compõe a minha equipe; a Coordenadora Especial de Políticas para as Mulheres, Eliana Piola – essa Subsecretaria também é afeta à Sedese. Na pessoa da Presidente do Conselho Estadual da Mulher, Sra. Jovita Levi Ginja, cumprimento todas as senhoras e todos os senhores presentes nesta audiência; a Coordenadora do Consórcio Regional da Promoção da Cidadania - Mulheres das Gerais, Márcia de Cássia Gomes; os representantes das Polícias Militar e Civil; a representante da OAB, Dra. Marlene; a imprensa; e a equipe técnica da CPMI do Congresso Nacional.

Inicialmente gostaria de fazer uma redundância com as palavras do Secretário Denilson e dizer que o Estado de Minas Gerais recebe e acolhe essa CPMI com toda a presteza e com todas as condições de colaborar com o seu trabalho. Temos, por meio do Governador Anastasia, a firme determinação de desempenhar as melhores e as mais eficientes políticas públicas no enfrentamento da violência contra a mulher. Temos de destacar algumas ações sobre as quais fiz indagações a relatora, Senadora Ana Rita. Outras tantas, iremos enviar posteriormente para a Secretaria da CPMI. Gostaria de dizer que Minas Gerais é um Estado pioneiro em políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher. Serei breve para que a nossa coordenadora e gestora do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Eliana Piola, possa discorrer também sobre algumas ações que o Estado de Minas Gerais vem empreendendo.

Sra. Presidente, neste momento gostaria de destacar que temos, sim, grande preocupação com o enfrentamento da violência contra a mulher. Este ano, a Secretaria de Desenvolvimento Social – Sedese -, por meio da firme determinação do Governador Anastasia, conduzirá uma política de implantação do Centro Integrado de Atendimento à Mulher, envolvendo todos os órgãos inerentes a esse atendimento: Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Defesa Social, por meio das suas corporações – Polícia Militar, Polícia Civil -, além de todos os órgãos de direitos humanos ligados à Sedese.

Esse centro integrado será pioneiro. Ele já foi implantado em Minas Gerais, mas, por questões logísticas, de espaço físico, não foi levado adiante. Neste ano, é nossa intenção instalá-lo, colocando-o em pleno funcionamento para que, em Belo Horizonte, na Capital do Estado, seja realizado esse modelo de atendimento à mulher vítima de violência. Portanto, temos a expectativa de que, ainda neste ano, instalaremos em um prédio de sete andares todos esses órgãos, articulados entre si, para que a celeridade dos procedimentos necessários à defesa da mulher seja respeitada e as ações realizadas da melhor maneira possível.

Destacarei ainda que Minas Gerais, por meio de algumas políticas, têm realizado outras ações. Vou explaná-las de forma bem rápida, tendo em vista que várias outras autoridades farão uso da palavra. Houve o reaparelhamento de 49 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, com a aquisição de equipamentos de informática, material de escritório, 37 motos e 21 veículos. Essas delegacias estão em mais de 50 Municípios mineiros. Houve ainda o reaparelhamento do Centro Risoleta Neves de Atendimento, com a aquisição de equipamentos de informática, móveis e veículos. Mais importante que tudo isso, na esteira do que o Dr. Denilson explanou, houve a capacitação de mais de 1.350 profissionais da rede de atendimento à violência contra a mulher, inicialmente em regiões metropolitanas do Estado. São gestores públicos, psicólogos, assistentes sociais, advogados e serventuários da Justiça. Se me



permite, Dr. Denilson, complementando algumas informações. Passamos a colaborar com a Secretaria de Defesa Social. Com essa parceria, houve a capacitação de 3.284 policiais militares, policiais civis, Guardas Municipais, Bombeiros e Agentes Penitenciários dos Municípios mineiros, para que possam realizar um atendimento adequado. Mais ainda, a capacitação da equipe do Disque Direitos Humanos. Esse atendimento é composto por uma equipe qualificada de coordenadores para o atendimento de denúncias de violência contra a mulher. As cifras dessas ações destacadas são de mais de R\$3.300.000,00.

Como bem disse o Dr. Denilson, houve a criação do Comitê Interinstitucional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Lá temos o desafio de melhorar a qualidade dos dados de repressão à violência contra a mulher, levantados por todas as instituições que atuam na prevenção e repressão. O governo de Minas, desde 2003, inovou com o choque de gestão. Houve uma evolução fantástica na condução e na profissionalização da gestão pública. E o Governador Anastasia, em 2012, neste novo mandato, implantou a Gestão para a Cidadania, que é a terceira fase do choque de gestão. Os cidadãos mineiros serão os principais atores beneficiados nas políticas públicas mineiras. Com isso, daremos uma melhor qualidade aos dados da violência contra a mulher, levantados por todas as instituições que atuam na prevenção e repressão; promoveremos o levantamento de dados, conforme disse o Secretário Adjunto, Dr. Denilson; e definiremos o Triângulo como a segunda base territorial a ter os dados levantados.

Gostaria ainda de destacar as instituições que comporão o Comitê Integrado, por meio da transversalidade de que o governo do Estado tem dotado suas políticas. As secretarias de Estado estão trabalhando conjuntamente em cima de um único objetivo. Nesse sentido, teremos a composição do Comitê Integrado da 13ª e 14ª Varas Especializadas de Atendimento à Mulher Vítima de Violência. Diante disso, esperamos acabar com todas essas deficiências constatadas pela visita da comissão hoje às varas. A Promotoria de Justiça da Mulher, a Defensoria Pública, por meio do Núcleo Especializado de Defesa da Mulher – Nudem –, a Deam, o Centro Risoleta Neves de Atendimento e a Polícia Militar comporão o nosso centro integrado.

Enfim, essas são algumas ações que o Estado vem desenvolvendo. Gostaria, neste momento, de passar à Presidente da CPMI, Deputada Federal Jô Moraes, um relatório breve e sucinto, que será complementado na próxima semana, prazo que foi estipulado. Na sequência, passo a palavra à Coordenadora Eliana Piola, para que discorra sobre outros assuntos. Muito obrigado.

A Sra. Coordenadora – Com a palavra, Eliana Piola, gestora do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Palavras da Sra. Eliana Piola

Exma. Presidente da CPMI, Deputada Federal Jô Moraes, dileta amiga; Exma. Senadora e relatora dessa Comissão, Ana Rita, ao cumprimentá-las, cumprimento todos os membros da Mesa, por questão de tempo. Senhoras e senhores, complementando as palavras do Secretário de Desenvolvimento Social, compete a nós, da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, gerir o pacto em Minas Gerais, assinado em 2008 pelo ex-Governador Aécio Neves. De lá para cá, algumas ações têm sido implementadas, como bem relatou o nosso Secretário, mas é importante enaltecer o sucesso desse pacto. Já temos o compromisso do Secretário e do Governador de repactuá-lo este ano, provavelmente em novembro, com a presença da Ministra Eleonora Menicucci. O sucesso se deve sobretudo à nossa capacidade de dialogar com os movimentos e de nos integrar com todos os órgãos.

Quando chegamos à coordenadoria, deparamo-nos com uma rede de serviços que já trabalhava e participamos dela. E essa é a nossa inspiração maior. O pacto nada mais é que uma articulação absoluta. Compete a ele implementar a Lei Maria da Penha, cujo espírito é integrar os três níveis de governo, federal, estadual e municipal, além da sociedade civil. E assim temos feito. Agradeço a oportunidade de relatar no Senado ontem, junto a outras gestoras, as iniciativas pioneiras de Minas. Isso não configura nenhum ato de sobrepor aos Municípios. Realmente, às vezes as montanhas nos silenciam, mas nos inspiram muito a ousar. Não quero dizer com isso que tudo esteja bem. Temos muito a fazer, até pela complexidade de um Estado com essa dimensão, seus 853 Municípios com realidades diferentes do ponto de vista socioeconômico e cultural. Isso é desafiador. Ousei dizer que o que dá certo em Minas dá certo no Brasil, obviamente guardadas as devidas proporções.

Quero declinar em torno do que nos foi solicitado. Se me permitem, relatora, Presidente, membros da CPMI, comissão especial, Deputado Dalmo, as respostas serão enviadas oportunamente. Não estamos de braços cruzados. Em termos de iniciativas, o comitê é o caminho certo para enfrentarmos esse problema tão grave, que requer diálogo, articulação. Não se faz enfrentamento à violência com efeitos estanques. Temos de nos sentar para não sobrepor ações, para otimizar recursos. Essa é a proposta maior do comitê. Obviamente, a Lei Maria da Penha não vem apenas para propiciar uma discussão, mas para propor uma mudança cultural. Ela requer neste momento que não recuemos, minha cara Deputada Luzia Ferreira. Algumas medidas precisam ser tomadas. Já apresentei algumas ontem, que são de fundamental importância.

A qualidade dos dados: nenhum Estado neste Brasil, nenhuma instituição - nem de Minas Gerais - têm dados confiáveis em relação à violência doméstica, até pela forma que se via e que será relatado. Muito bem colocou o nosso Secretário Adjunto de Defesa Social quando disse: “Olha, não tem um campo inserido no Registro de Eventos de Defesa Social” - é o nosso Reds -, que equivale ao boletim de ocorrência de outros Estados, um campo que especifica a violência doméstica. Essas narrativas nem sempre permitem identificar que um homicídio é também uma violência doméstica. Na verdade, o enfrentamento da violência doméstica difere das demais violências.

Portanto, há necessidade premente da qualidade dos dados, da unificação, do cruzamento e de uma análise científica. Digo e repito: chegamos a um momento de não sermos tão românticas, mas sermos, sobretudo, muito racionais. A violência contra a mulher tem de ser tratada como as demais violências, dentro do ponto de vista analítico e científico.

Meus caros parlamentares, gostaria de deixar aqui a necessidade de institucionalização dos serviços de enfrentamento à violência, como o Centro de Referência de Atendimento à Mulher, as delegacias especializadas e as casas-abrigo, como forma de assegurar essa manutenção. As delegacias de Minas foram criadas, mas não estão institucionalizadas, e isso é fundamental; dotar todos os Municípios com população acima de 50 mil habitantes, obviamente dentro de uma programação, de um planejamento sério de delegacias especializadas. Hoje temos 61 delegacias, e nenhuma delas está dotada das melhores condições. Ainda neste ano equiparemos e reaparelharemos mais 30 delegacias com equipamentos de informática e viaturas; inserir o Reds nesse campo de



violência; reverter - isso fica a cargo mais para a nossa CPMI - as penas pecuniárias da Lei nº 9.099, de 1995, quando a vítima for do sexo feminino, bem como as fianças da Lei nº 11.340, de 2006, para um fundo, estadual ou nacional, para que assim tenhamos recursos também para o enfrentamento da violência; estimular a criação de organismos da mulher nas instâncias municipais - esse é um grande desafio de Minas porque temos apenas 12 organismos - mediante priorização de aporte de recursos do Tesouro aos Municípios que aderirem ao pacto e à criação desses organismos; inserir nas grades curriculares de todos os cursos superiores de humanas a formação em gênero; estabelecer como critérios de implementação da rede de atendimento à mulher vítima de violência: a situação demográfica, o IDH, a influência regional, definindo, assim, três níveis de bases territoriais para que os respectivos serviços sejam inseridos dentro da lógica do SUS e do Suas; implantar a cadeia de custódia. Ampliar esse serviço para coleta e identificação de material biológico das vítimas de violência sexual - já estamos fazendo isso; implantar um monitoramento eletrônico de agressores e agredidas, para cumprir medida protetiva prevista na alínea "a", inciso III, do art. 22 da Lei Maria da Penha, que trata da medida de distanciamento - a exemplo do que já existe na França, Espanha e Portugal; dotar todos os batalhões da PMMG e da Patrulha de Violência Doméstica - PVD -, medida pioneiríssima no Brasil e que tem dado uma resposta espetacular. Temos aqui uma habilidade absoluta de diálogo com a Polícia Militar, e assim temos tido grandes êxitos; expandir os programas de atendimento ao agressor dentro da concepção de medida protetiva. É uma previsão, aliás, da Lei Maria da Penha: atender a vítima, mas também trazer o agressor sem prejuízo de punir, porque a violência contra a mulher é crime, mas tratar desse agressor é também fundamental.

Prezada Senadora, mais do que a 3ª Vara Especializada, estão lá os novos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 14/8/2008, aprovada por esta Casa Legislativa. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais é também um tribunal ousado, por isso não pode ficar a reboque de outros tribunais deste país. Precisamos de juizados especializados. As varas são medidas paliativas. Acredito que chegou o momento de Minas dar uma resposta porque, senão, essa rede não funcionará a contento, pois a engrenagem maior estará aquém de todos esses órgãos que compõem essa tão ousada rede.

Esta é a nossa contribuição. Colocamo-nos à disposição para qualquer questionamento. Muito obrigada.

A Sra. Coordenadora - Agradecemos a nossa Coordenadora Eliana Piola. Antes de passar a palavra à Desembargadora Heloísa Helena de Ruiz Combat, representando aqui o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Costa, que nos recebeu pela manhã, registro - e quando registramos é para demonstrar a adesão e a preocupação da sociedade com esse tema - a presença da Sra. Marta Elizabeth de Souza, Presidente do Conselho Regional de Psicologia; da Vereadora Maria Lúcia Scarpelli, uma das autoras do requerimento da audiência pública, realizada em Belo Horizonte, em que se tirou a ideia, a proposta de realização de uma CPI em Belo Horizonte sobre a violência contra a mulher; da Sra. Fátima Medeiros, Presidente do PDT municipal de Nova Lima; da Sra. Rita de Cássia, Secretária Municipal de Mulheres do PCdoB de Betim; da Sra. Carla Andréa, Presidente do PMDB Mulher de Contagem; da Sra. Rita Del Bianco, do PTdoB; da Sra. Penha Leocádio, Secretária do PT Mulher de Betim. Continuaremos registrando essas importantes presenças e adesões.

Com a palavra, a nossa Desembargadora Heloísa Helena de Ruiz Combat, que disporá de até 20 minutos para sua exposição.

Palavras da Desembargadora Heloísa de Ruiz Combat

Boa tarde a todos. Cumprimento a Senadora Ana Rita; a Deputada Federal Jô Moraes; o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, na pessoa dos quais saúdo as demais autoridades presentes.

Senhoras e senhores, é com muita honra que venho representar aqui o Desembargador Cláudio Costa, Presidente do nosso Tribunal de Justiça. Fui designada por S. Exa., há uma semana, para presidir, superintender a Coordenadoria da Violência contra a Mulher no âmbito do Tribunal de Justiça. Portanto estou mais ou menos na situação do Dr. Denílson Feitoza.

Estivemos em Brasília na quarta-feira, no Conselho Nacional de Justiça - CNJ -, na 6ª Jornada Lei Maria da Penha. Já estive visitando as duas varas da Lei Maria da Penha em Belo Horizonte, a 13ª e a 14ª. Os dois Juizes, Dr. Relbert e Dr. Nilseu, também estiveram em Brasília. Nessa 6ª Jornada, foram tratados assuntos importantes. Estamos tendo um aprendizado muito grande nessa área e vamos implementar rapidamente o que estamos aurindo com os dois. Tivemos a honra de essa 6ª Jornada ser presidida pelo ilustre Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ayres Britto, que, além do mais, é um poeta de escol. E S. Exa. promoveu todo o apoio para a consecução dos objetivos contra a violência em detrimento das mulheres.

Como a Senadora Ana Rita informou, hoje de manhã, já no primeiro grande passo, o Desembargador Cláudio Costa assinou uma determinação para a instalação, com urgência, da 3ª Vara Maria da Penha em Belo Horizonte. Essas varas, as duas existentes, têm em torno de 40 mil processos em andamento. Em dezembro do ano passado, no Estado de Minas Gerais, tínhamos 58 mil processos aproximadamente ativos nas 295 comarcas do Estado. Foram deferidas em torno de 46 mil medidas protetivas. Então no Judiciário é onde deságua o problema que ocorre na sociedade. Somos a ponte, o fim da meada. Já começamos um planejamento a curto, médio e longo prazos. A curto prazo, o primeiro será a instalação dessa vara. Já poderia responder, antecipando um pouco a pergunta feita pela CPMI, que, acredita-se, até no final de julho, quando termina o mandato do Sr. Presidente, ela esteja instalada.

No mais tardar, ela será instalada até julho ou agosto, porque temos um problema com os servidores, que terão de ser deslocados. Já estamos no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, e o Judiciário não tem verbas para nomear servidores, mas essa vara será instalada nem que tenhamos de deslocar servidores de outros órgãos, pelos menos temporariamente.

Outro passo importante que o Presidente autorizou que fosse feito de imediato é um mutirão, nas varas Maria da Penha, de Juizes e servidores. Não adianta colocarmos mais Juizes somente; cada vara tem apenas nove servidores, em turno único. Não podemos pretender que eles consigam atender às demandas que lhe são impostas, pois isso seria sobre-humano. Cada servidor teria que dar andamento a, no mínimo, 256 processos por dia. Isso é totalmente inviável.

Ainda a curto prazo, já iniciamos, e estamos em fase final de elaboração, um questionário pelo qual vamos fazer um diagnóstico em todas as 295 comarcas sobre a situação dos processos Maria da Penha, com um cadastro único e diferenciado, nem que seja para fins do Tribunal - de qualquer forma, o CNJ também quer um formulário próprio para controle dos processos da Lei Maria da Penha, o que também será feito de imediato. Com esse diagnóstico, poderemos lutar pela instalação de mais juizados ou varas especializadas



Maria da Penha no interior, onde isso ainda não existe – são as varas criminais que atendem às demandas da Lei Maria da Penha, mas elas também já estão sobrecarregadas. Acredito que, ao menos para o próximo exercício, será possível a instalação de mais algumas varas específicas em núcleos regionais maiores.

Ainda a curto prazo, vamos fazer contato com o Ministério Público, a Defensoria e as Polícias Civil e Militar, a fim de tratar da questão da elaboração de boletins de ocorrência, dos laudos de necropsia ou de lesão, das denúncias oferecidas pelo Ministério Público e, pior ainda, das sentenças, em que muitas vezes não se menciona que o caso é oriundo da Lei Maria da Penha. Sobre o assunto, há pesquisas feitas, não no nosso Estado, mas em outros Estados. Então vamos enfatizar isso. Nos registros, vê-se homicídio, lesão corporal ou tentativa de homicídio, mas há uma falha no que diz respeito à Lei Maria da Penha, a qual vamos tentar corrigir de imediato, principalmente em relação às sentenças. Para tanto, de imediato, a Escola Judicial Edésio Fernandes vai ministrar cursos de capacitação para Juízes e servidores – não adianta haver Juízes capacitados se os servidores, de quem dependemos, não o forem.

A médio prazo, vamos instituir programas em escolas, igrejas e na comunidade em geral, a fim de fomentar a conscientização e tentar mudar de paradigma, de mentalidade, de cultura. Sem isso, na nossa sociedade de cultura machista, patriarcal e de violência em geral, poderemos ter 50 varas Maria da Penha, mas elas vão continuar superlotadas. Então vamos trabalhar nesse sentido, o que acho que faz parte do nosso papel. O Judiciário tem de se irmanar ao Executivo, ao Legislativo e à sociedade em geral para tentar provocar essa mudança de cultura, de comportamento nas pessoas. Se não houver uma mudança nas pessoas, nunca vamos alcançar nossos objetivos.

Também a médio prazo, vamos tentar realizar convênios com faculdades, entidades de classe e organismos sociais em geral, para conseguir, por exemplo, já que estamos com problemas de orçamento, estagiários em psicologia, sociologia, assistência social, pedagogia e, obviamente, em direito, para que nos ajudem em pesquisas e nos trabalhos imediatos.

Também tornar efetiva a presença de equipe multidisciplinar, que não temos. Contamos apenas, salvo engano, com uma psicóloga e duas assistentes sociais para as varas de Belo Horizonte. Esse centro que seria multidisciplinar não existe. Teria de haver lá uma delegacia de mulheres, a própria Defensoria, o Ministério Público, assistentes sociais, psicólogos. E até enfermeiras, às vezes, para aquele primeiro momento, a primeira assistência. É obvio que depois haverá o encaminhamento para centros de acolhimento etc. Porém, no primeiro momento, naquele instante em que a mulher chega sofrendo, às vezes é necessário que ela receba aquele abraço, aquele primeiro apoio.

Mais ainda, vamos tentar acrescentar com cursos, palestras, fazer convênios com faculdades para que professores participem, que haja palestras nos órgãos públicos, assim como para o próprio Judiciário, para a comunidade, para a sociedade em geral, para realizar também um trabalho que tem de ser preventivo, de mudança, de alteração de comportamento.

Quanto às perguntas formuladas, algumas tenho como responder. Acredito que a 3ª Vara Maria da Penha deverá começar a funcionar, esperamos, até o final de junho, se possível, ou no início do segundo semestre. Tenho certeza de que a nova direção do Tribunal assumirá e continuará com esse compromisso. Quanto a varas no interior do Estado, por enquanto não há condição. No orçamento do Tribunal para 2012 havia previsão de apenas uma vara a mais aqui, em Belo Horizonte. Já havia muitos pedidos de outras varas, mas o Desembargador Cláudio Costa ficou sensibilizado com a situação das Varas Maria da Penha, assim como a questão da violência contra a mulher, e nos brindou com a instalação dessa 3ª Vara aqui em Belo Horizonte o mais breve possível. Não tenho dados atuais de quantos agressores foram condenados. Até dezembro de 2011, no Estado, houve mais de 46 mil medidas protetivas.

Outra questão que deve haver a curto e médio prazo é o monitoramento do cumprimento de sentenças. Não adianta o Promotor denunciar, o Juiz dar a sentença, enfim, quem vai monitorar esse cumprimento de sentença? Temos de criar mecanismos para que haja efetivo monitoramento disso, com apoio das polícias, do Executivo, do próprio Legislativo, da sociedade em geral, para podermos acompanhar esse cumprimento de sentença. As Varas de Execução Penal também estão sempre sobrecarregadas, mas vamos ter de criar ou efetivar mecanismos para acompanhamento. Sem isso ficaríamos inócuas e sem sentido todas as medidas protetivas e as sentenças dos Juízes. Sabemos que existem muitas condenações, que não há muito acordo, nem pode. O STF deixou claro que na audiência preliminar, nos casos de lesão, de lesão corporal e morte, não pode haver retratação das mulheres. Isso porque, como devo informar também, o que é mais ou menos público e notório, muitas mulheres, depois da representação, do processo em curso, querem desistir. Elas brigam com o Juiz, brigam com o Promotor, brigam com quem quer que seja, ficam chorando, pedindo, implorando que não prenda seu marido, seu filho, seu companheiro. Isso é verdade. Então, há falta de atendimento, de orientação. Não pode haver desistência mais, isso acabou. Feita a representação, o processo vai até o fim, a mulher querendo ou não querendo.

Então, tem que haver uma conscientização das mulheres para que não façam denúncias, queixas ou representações levianas naquele primeiro momento de raiva, de ódio. A mulher tem de denunciar, sim, mas denunciar e levar a denúncia até o fim, senão será pior ainda, e o Judiciário e a sociedade estarão sendo ocupados à toa. Há um gasto à toa de dinheiro, de tempo e de gente, porque muitas querem desistir depois do processo em andamento. Deve ser bem divulgado que não há possibilidade de se retratar depois da denúncia feita pelo Ministério Público.

Se essas medidas estão sendo concedidas no prazo legal, é impossível ainda saber, vamos tentar. Sei que os dois Juízes de Belo Horizonte trabalham muito, e acredito que os do interior idem, mas é impossível dizer se elas estão sendo concedidas. Acho que, na medida do possível, sim, e nos casos mais urgentes, mas, se são cumpridas a tempo e modo, não tenho como informar, pelo menos neste momento. Agradeço muito a atenção de todos. O Poder Judiciário de Minas Gerais está inteiramente à disposição da CPMI para tudo que se fizer necessário. Muito obrigada.

A Sra. Coordenadora - Obrigada, Desembargadora Heloísa, nossa parceira, que conta com o nosso aplauso ao assumir este desafio neste momento. Registro a presença de Júnia Roman Carvalho; Sarah Durço Vianna, trabalhadora da Defensoria; Maria Luzia Sidônio, Diretora de Gênero da Federação Quilombola de Minas Gerais; Cláudia Oliveira, Secretária de Educação do Município de Itabira; Andréia Roseno, da Marcha Mundial das Mulheres; 2º-Sgt. Claudernílio Moreira dos Reis, da Comissão de Direitos Humanos; Dra. Rozário Campos, da Delegacia de Mulheres de Contagem; Jeanete Gonçalves, Presidente do PR de Minas; Gracene Ilário de



Souza, Presidente do PCdoB de Pedro Leopoldo; Sandra Margareth Silvestrini de Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça.

Antes de passar a palavra à próxima depoente, a nossa relatora quer fazer um comentário. Lembro que já recebemos 11 relatórios complementares ao depoimento aqui presente, fruto do trabalho preparatório realizado tanto pela Comissão presidida pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva e relatada pela Deputada Luzia Ferreira, como por iniciativas dos demais conselhos e associações do entorno, que serão anexados aos depoimentos aqui presentes. Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A Senadora Ana Rita - Quero informar a todos, especialmente à Mesa e aos convidados, que a assessoria da CPMI acabou de colher um depoimento de um caso recente no Estado de Minas. Solicitamos providências com relação a esse caso. Quero aqui destacar que o depoimento é sobre a morte da Adenise Cristina Santos Leão, uma jovem de apenas 19 anos, negra e pobre, que foi brutalmente assassinada no Município de Carmópolis de Minas, em 3/4/2012. Decorridos 24 dias desde o crime, não há notícias do andamento das investigações para seu esclarecimento. Caso tenham alguma informação, gostaríamos que isso fosse oferecido agora. Disseram que a delegacia da cidade não tem Delegado titular. Quem atende a localidade, somente às sextas-feiras, é o Dr. Alexandre Avelar Franco da Rosa, que, segundo funcionários da delegacia, não autorizou o repasse de informações sobre o caso - fizemos contato. Diante disso, a CPMI requer da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais informações sobre o andamento da investigação, com prioridade para o esclarecimento desse crime, bem como todo o empenho para a punição dos responsáveis. Requer também que a família seja prontamente informada sobre o andamento do caso, que passará a ser acompanhado de perto pela CPMI a partir deste instante. Se o nosso Secretário tiver alguma informação, Presidenta, gostaria que nos repassasse agora.

A Sra. Coordenadora - Com a palavra, o Secretário Adjunto Denilson.

O Sr. Denilson Feitoza Pacheco - Temos, sim, informações sobre esse caso, que é extremamente dramático, grave e deve ser enfrentado pelo governo de Minas Gerais. A investigação já está bastante avançada e quase finalizada. Já há uma suspeita. Algumas coisas não posso dizer, senão prejudicaria a investigação. Agora entendi porque a Polícia Civil do local não quis fornecer informações. Tenho um dado sobre o qual não posso falar porque é segredo de justiça. Uma determinada coisa foi feita sob segredo de justiça, e isso é essencial para o sucesso da investigação. Posso até mostrar em particular. No entanto, seria bom não constar nos autos porque prejudicaria a eficiência da investigação. Enfim, já há uma determinada suspeita específica e concreta. O inquérito policial já está quase finalizado. Há uma notícia que gostaria de reservar-me de dizê-la em termos extra-autos, mas que é muito importante, concreta e específica e que produz prova para determinar a autoria, a fim de que a pessoa que perpetrou esse crime seja devidamente punida. Então, a notícia que tenho de... Sei que a família gostaria de informações detalhadas sobre isso, mas é importante que compreenda que, se dermos agora exatamente o que está sob segredo de justiça, isso atrapalharia o sucesso da investigação. Já está quase finalizado o inquérito policial.

A Senadora Ana Rita - Dr. Denilson, agradecemos as informações. De qualquer maneira, é importante a família ter a garantia e a certeza de que o caso está sendo apurado e investigado. Pelo depoimento que recebemos aqui, a família está insegura quanto a isso. Penso que, de alguma maneira, a família precisa ser informada. Mesmo que algumas informações não sejam possíveis em função do segredo de justiça - aliás compreendemos isso, pois é necessário -, a família precisa saber que o caso não está esquecido nem abandonado e está sendo investigado. Pelo menos a família precisa saber em que pé está o andamento do processo. Então essas informações seriam importantes. Fazemos esse pedido.

O Sr. Denilson Feitoza Pacheco - Sim. Só para informar à família, o inquérito policial está quase finalizado. Há essa suspeita. Pedirei até para aproximar-me um instante só para mostrar a V. Exa. do que se trata.

A Sra. Coordenadora - Neste momento, o Secretário de Defesa Social apresenta o desenvolvimento da investigação. Por não poder ser tornado público, o que pode dificultar o bom termo da investigação, foi apresentado à relatora o fato concreto. Retornamos a palavra à Dra. Nívia Mônica Silva, Procuradora de Justiça do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça, representando o Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral do Ministério Público, que disporá de até 20 minutos.

Palavras da Promotora de Justiça Nívia Mônica Silva

Obrigada, Deputada Federal Jô Moraes, Presidenta da CPMI da Violência contra a Mulher. Boa tarde, Senadora Ana Rita, relatora dessa mesma CPMI; Deputada Keiko Ota, Vice-Presidente; Marina Sant'Anna; Exmo. Sr. Deputado Federal Eduardo Azeredo, membro também da CPMI; Exma. Sra. Desembargadora Heloísa Helena de Ruiz Combat, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, a quem temos a satisfação de dar as boas-vindas e saber que podemos contar agora, mais do que nunca, com uma dedicação voltada exclusivamente para essa questão no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Tenho certeza de que isso contribuirá bastante, aliás para o trabalho dos próprios Juizes que atuam na área. Essa proximidade com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ - que a senhora já adiantou também nos inspira bons frutos. Cumprimento o Exmo. Sr. Cássio Soares, Secretário de Desenvolvimento Social; meu colega Denilson Feitoza Pacheco, Secretário Adjunto de Defesa Social, a quem felicito pela função do cargo e parabeno; a Sra. Andréa Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado, pessoa a quem admiro sobremaneira; o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão Especial da Violência contra a Mulher; a Deputada Luzia Ferreira, relatora dessa mesma Comissão no Estado de Minas; Maria Tereza Lara, Deputada Estadual e também membro da Comissão da Violência contra a Mulher nesta Casa. Essa Comissão tem um papel importantíssimo a ser desempenhado no âmbito no nosso Estado. Acredito que, por meio dela, possamos dar continuidade ao trabalho que a CPMI começou a desenvolver, desde o mês de fevereiro, em âmbito nacional, procurando reproduzir o que é feito em nível nacional e tentando vencer essa história em Minas Gerais. Parabeno os seus integrantes pela iniciativa. Conforme já foi falado desta tribuna, gostaríamos de contar com a parceria dessa Comissão na atividade fiscalizatória, própria do Legislativo, na execução orçamentária, na execução das políticas públicas específicas para as mulheres. Isso vai contribuir para o fortalecimento e a ampliação da rede de serviços específicos para as mulheres em situação de risco. Por fim, quero agradecer à querida Márcia de Cássia Mendes, que tão carinhosamente atua na rede; bem como a inúmeras outras pessoas, mulheres e alguns homens que vejo na plateia e nas reuniões da rede, reuniões de enfrentamento à violência doméstica. Saúdo os



senhores e senhoras integrantes da rede, na pessoa da Márcia de Cássia. Como não poderia deixar de ser, cumprimento a Eliana Piola, em quem vejo um empenho muito grande na especificação de intervenções que a Secretaria de Defesa Social adota, fazendo com que as políticas civis sejam intersetoriais. Essa intersetorialidade, como bem dito pelo Dr. Denílson, é um grande avanço e um aprendizado para nós, trabalhadores do direito. Ele é também um aprendizado diário. Aprendemos que a caneta sozinha não muda a vida de uma mulher, mas um Defensor, um Delegado, um Juiz, um sistema de Justiça, atuando integradamente ao sistema de segurança pública, com o respaldo do serviço de assistência social, de saúde, de toda uma rede de atendimento, pode mudar um país inteiro, uma coletividade inteira de mulheres.

Estou sentada em frente a pessoas muito capacitadas em nível nacional, inclusive. Como bem disse, essa CPMI vem em excelente hora, quando o Estado de Minas Gerais busca reunir esforços para a construção de um trabalho mais efetivo, o que já vem sendo feito desde que comecei a acompanhar a mobilização. Agora há um novo fôlego, um novo alento. Há um grande número de pessoas e autoridades que se reúnem para debater e prestar esclarecimentos acerca de ações, equívocos e omissões perante essa CPMI.

Represento aqui o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alceu Marques Torres, que não pôde estar presente, porque está fora de Belo Horizonte. Trago, de sua parte, os cumprimentos aos integrantes da CPMI. Enfim, gostaria de dar somente um esclarecimento. Senti-me lisonjeada por ter sido nomeada Procuradora de Justiça, mas ainda integro os quadros da primeira instância. Sou Promotora de Justiça, integrante do Ministério Público, e atuo como Coordenadora Estadual das Promotorias de Direitos Humanos, órgão ao qual estão ligadas as Promotorias que têm atuação na área de violência doméstica em Minas Gerais.

Na verdade, se fizermos uma retrospectiva de como essa questão é tratada no Ministério Público, começamos sob o ponto de vista de um grande avanço. Diferentemente do que aconteceu em muitos outros Ministérios Públicos Estaduais, a Promotoria Especializada da Capital, que visava em curto espaço de tempo integrar os juizados especializados, foi criada vinculada à Promotoria de Direitos Humanos. Por quê? Porque combater a violência doméstica nada mais é que defender os direitos humanos das mulheres. Então essa compreensão significou um avanço para nós à época, ainda em 20/9/2006, poucos meses depois da promulgação da lei.

Mas algumas questões de 2006 até hoje, infelizmente, nos impediram de avançar na vanguarda do sentido em que todos os outros ministérios públicos talvez tenham avançado, muito embora não estejamos também deixando a desejar. Pelo avanço inicial, talvez pudéssemos estar tratando o combate à violência doméstica contra a mulher em termos sistêmicos, em microsistemas. Mas não vimos ainda isso acontecer no ambiente jurídico de Minas Gerais. Acredito eu que esse seja o maior desejo que nos move a nós, do Ministério Público.

Estamos trabalhando para conseguir especializar outras Promotorias nas entrâncias especiais, o que não acontece. Precisamos de um trabalho conjunto com o Poder Judiciário porque a nossa atuação se vê atrelada às varas. Se há um Promotor atuando exclusivamente e vários Juízes, isso dificulta, por exemplo, a realização das audiências.

Mas, como disse, vejo ótimas inspirações para que esse trabalho conjunto seja realizado e penso que a CPMI pode contribuir muito tanto para a magistratura quanto para o Ministério Público conseguirem a especialização dessas promotorias, por exemplo, começar por todas as Promotorias de Entrância Especial. Essa é uma das sugestões na conclusão do relatório que trouxemos para apresentar a V. Exa. hoje. Acredito eu que ter uma promotoria com exclusividade nas comarcas de maior porte para tratar o problema significará um avanço, porque o que acontece é a dificuldade de os Promotores atuarem no campo extraprocessual. O número de processos é muito elevado e, como os processos relativos à Lei Maria da Penha são divididos, em alguns casos, entre os Promotores, assim como são divididos entre os Juízes, não há a dedicação específica desejável no âmbito extrajudicial. No meu, no nosso ponto de vista, como aliás já foi debatido entre os próprios Promotores, essa seria uma das demandas mais urgentes. E futuramente, com a criação da regionalização dos Juizados Especiais, essas promotorias já criadas integrariam com muito mais facilidade os Juizados.

Com mais detalhes, tomamos o cuidado de explicar a situação de todas as comarcas. Em algumas delas já há essa centralização, mas entendemos que, para tratar a Lei Maria da Penha como microsistema, precisamos de equipe, de profissionais que atuem em conjunto com os Promotores, de Promotores que disponham efetivamente de tempo e capacitação específica para isso em relação a essas questões, também muito relevantes. E, nesse intuito de continuar avançando, o Ministério Público firmou um protocolo de cooperação no ano passado, juntamente com o Ministério da Justiça, a Secretaria de Política para Mulheres - SPM -, o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos Estaduais no âmbito da Central Nacional de Informações Processuais - CNIP.

Acredito que seria muito relevante se a CPMI conhecesse o teor desse protocolo e estimulasse o cumprimento das ações no âmbito de cada um desses convenientes ou das entidades que celebraram esse protocolo, porque todas as questões que tratamos, como qualificação, melhor tratamento da Lei Maria da Penha e aperfeiçoamento no âmbito nacional estão previstas nele. É um documento que também anexamos ao relatório que será entregue. Acredito que seja um material rico para a CPI, se é que já não o tem.

Em relação aos questionamentos e inquéritos que nos foram encaminhados, temos dados em mãos desde janeiro de 2011 a março de 2012, pois ainda não finalizaram o mapa deste mês. Como o relatório apresentado é dividido mensalmente, somando teríamos 34.802 inquéritos policiais encaminhados e recebidos pela Promotoria Especializada da Capital nesse período; 18.616 medidas protetivas, também autuadas e recebidas na Promotoria de Justiça Especializada; e 5.049 processos. Desse contingente, 44% das denúncias oferecidas disseram respeito ao art. 147 do Código Penal referente ao crime de ameaça; 28% ao artigo de lesão corporal; e 24% a contravenção e vias de fato. Esse foi o percentual de denúncias apresentadas no período referido, ou seja, janeiro do ano passado a março deste ano. Algumas planilhas organizadas detalham esses dados e também constarão no relatório que será entregue à Presidência da comissão nesta data.

Como foi apresentado em outra reunião dessa comissão estadual nesta Casa, pela pesquisa da Prof^a. Marlise Matos, realizada sob patrocínio ou para subsidiar ações do Ministério da Justiça, cerca de 90% dos recursos eventualmente contra decisões que contrariam em tese o direito das mulheres são formulados pelo Ministério Público. Essa carga processual que também foi relatada, essas questões e a necessidade de aperfeiçoar o atendimento a vítima e o tratamento dessas questões nos levam à conclusão de que a Promotoria de Justiça de Belo Horizonte especializada no combate à violência doméstica necessita de uma atenção especial no que diz respeito à estruturação e ao número de membros que atuam naquela Promotoria. Entendemos também que um projeto para o futuro, que aliás é



muito bem-vindo e está sendo examinado pelo Procurador-Geral, é a criação de coordenadorias regionais para que haja capilaridade e apoio à atuação do Promotor de Justiça no interior, nas macrorregiões, ou seja, nas cidades-polo das macrorregiões do Estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, a meta para o próximo Plano Geral de Atuação do Ministério Público 2012-2014 é justamente atuar para fortalecer, no mesmo sentido do plano nacional, e ampliar a rede de atendimento especializado em violência doméstica no Estado de Minas Gerais. Inicialmente atuará sobretudo em Belo Horizonte e nas cidades-polo das macrorregiões, para depois chegarmos aos Municípios até 50 mil habitantes, verificando e estabelecendo inicialmente um diagnóstico que será elaborado com o auxílio do Promotor que atua nessa área nas mais diversas comarcas, e, posteriormente, análise desses dados.

A nossa ideia é que haja, concomitantemente, o monitoramento da execução da política, do repasse dos recursos eventualmente destinados por essa política, por outros níveis, por outras entidades, por outras unidades federativas. A ideia é que o Promotor de Justiça possa se apropriar dessa questão no interior e fiscalizar, contribuindo para que essa rede se torne efetiva e integrada.

Se quisermos combater efetivamente a violência doméstica, a palavra-chave é a promoção da autonomia da mulher, social, econômica, financeira, enfim, em todos os níveis. Não se faz essa promoção se não houver integração entre as políticas públicas, se as políticas públicas não forem eficientes nem se não houver um empenho de cada órgão em aperfeiçoar a visão sobre essas políticas e sobre o sistema que a Lei nº 11.340 nos quis apresentar quando de sua promulgação.

Quem sabe se, caminhando nesse sentido, podemos parar de perguntar por que essa mulher apanha mas não deixa o agressor, por que ela não o abandona e parte, e reformulemos a questão, perguntando por que ela fica. É empoderando a mulher que contribuiremos para que o vínculo e o ciclo da violência sejam interrompidos. Acreditamos no fortalecimento do trabalho em rede e da oferta de serviços especializados, em que incluo o sistema de justiça e o sistema de defesa social, além das outras políticas. Só assim conseguiremos atuar efetivamente nesse sentido. Obrigada.

A Sra. Coordenadora - Obrigada. Registramos a presença do Sr. Alexandre Torres, Presidente da Federação das Associações de Moradores de Minas Gerais; e das Sras. Ana Lúcia da Silva, Coordenadora da Coordenadoria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Município de Nova Lima; Marilda Silva, Diretora do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais; Iris Moreira, do PV Mulher; Dehonara, da Marcha Mundial de Mulheres; e Sílvia Helena, Vereadora do PPS e uma das coautoras do requerimento que originou a audiência pública em Belo Horizonte. Com a palavra, o Deputado Federal Eduardo Azeredo.

Palavras do Deputado Federal Eduardo Azeredo

Obrigado. Saúdo a todos e a Mesa já nominada, na pessoa do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a quem agradecemos por toda a estrutura da Assembleia Legislativa, o que viabilizou a realização desta audiência em Belo Horizonte. Saúdo a Deputada Federal Jô Moraes e alguns visitantes, em especial a Senadora Ana Rita, relatora da Comissão, e a Deputada Federal Keiko Ota.

Vimos nessa rápida apresentação de todos que já puderam falar que a situação de Minas, felizmente, está um pouco melhor, mas isso não deve ser suficiente. Quando, como membro da Comissão, solicitei que fizéssemos audiência em Belo Horizonte – e, como foi relatado, esta é a segunda audiência fora de Brasília -, foi exatamente para que pudéssemos ver essa situação específica do Estado.

O primeiro ponto positivo é a multiplicação da iniciativa dos parlamentares. Já a tivemos na Assembleia e na Câmara dos Vereadores, e essa multiplicação é muito importante para essa ação em todo o País. Outro ponto é a presença masculina. Aqui tem bem mais homens que na CPI, em que os únicos homens somos eu e o Dr. Rosinha. Lá são 18 mulheres e apenas nós 2 homens. É bom, porque isso não é um assunto das mulheres, mas um assunto de cidadania e de um país civilizado.

Ao falar que a situação de Minas é um pouco melhor, vemos questões positivas como a instalação do Comitê de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, o fato de as Polícias Militar e Civil já estarem muito mais automatizadas e informatizadas em relação a todo o Brasil. Isso é muito importante, não é um detalhe, é um ponto importante desse avanço.

E esse fato de Minas Gerais estar em 19º lugar no número de homicídios. O que significa 19º lugar em 27 Estados? Significa que há 18 piores, mas que há também 8 melhores. Então, vamos lutar para ficarmos no 1º lugar entre os melhores. Para isso deixo apenas uma pergunta para o Dr. Denilson, fazendo a ressalva de que ele assumiu a pasta apenas há dois dias. Mas, a pergunta é: como são os programas de integração de ações federais e estaduais? Quais são e como estão funcionando esses programas. Essa é a pergunta que deixo para o Dr. Denilson e também para o nosso Secretário Cássio Soares. Obrigada a todos.

A Sra. Coordenadora - Com a palavra, a Deputada Keiko Ota.

Palavras da Deputada Federal Keiko Ota

Gostaria de saudar a Deputada Federal Jô Moraes, Presidente desta CPMI; a Senadora Ana Rita, relatora desta CPMI; os Deputados, as senhoras e os senhores presentes; os integrantes da Mesa e os demais participantes desta audiência pública, e de oferecer a todos e a todas o meu cordial boa tarde e gratidão. A nossa principal função aqui é ouvir e inquirir as autoridades públicas a respeito da situação das mulheres vítimas de violência, para saber quais são as ações governamentais que visem não apenas ao combate, mas também à prevenção desse tipo de violência.

Presidente, gostaria de fazer duas perguntas, a primeira ao Secretário de Defesa Social. Existe algum meio de denúncia de mau atendimento e até por negligência dos equipamentos públicos, delegacias, Polícia Militar, etc., na aplicação da Lei Maria da Penha? A segunda pergunta ao Secretário de Segurança: Existe treinamento dos policiais militares e civis para o atendimento à violência doméstica? E quanto à aplicação dessa lei, há treinamento? Como ela ocorre no dia a dia dos policiais? Obrigada.

A Sra. Coordenadora – Obrigada, Deputada Keiko. Passo a palavra à nossa convidada Andréa Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, para dispor de seu tempo compartilhado com a nossa Defensora Laurelle.

Palavras da Defensora Pública-Geral Andréa Garzon Tonet

Cumprimento a Deputada Federal, amiga, Presidente da CPMI; a Deputada Federal Marina Sant'Anna; o Deputado Federal Eduardo Azeredo; a Deputada Federal Keiko Ota; a Senadora Ana Rita, relatora da CPMI; a Deputada Luzia Ferreira, relatora da Comissão; o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão Especial da Violência contra a Mulher; a Deputada Maria Tereza Lara,



membro da Comissão; a Desembargadora Heloísa Combat, que representou o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Costa, a quem faço questão de cumprimentar, apesar de já ter se retirado; a diletta amiga Nívia Mônica Silva, Procuradora de Justiça, representando o Dr. Alceu Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; a Sra. Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora do Consórcio Regional da Promoção da Cidadania - Mulheres das Gerais; o Sr. Denilson Feitoza Pacheco, Secretário Adjunto de Defesa Social, dileto amigo, e - ousado dizer - é um dos homens que tem a alma mais feminina com quem já tive oportunidade de conviver. Seja bem-vindo. Caso o amigo não dissesse que está nesta pasta há dois dias, certamente ninguém haveria de notar nada, porque sua inteligência brilhante o resguarda de todos os perigos e riscos. Cumprimento também o amigo, Sr. Cássio Soares, Secretário de Desenvolvimento Social; a nossa querida Eliana Piola, que já caminha conosco, há longa data, na Casa da Mulher, e a colega e amiga, Defensora Laurelle.

Serei breve, mesmo porque dividiremos o tempo. Por um lado, quero parabenizar e elogiar a iniciativa da nossa Assembleia e a formação da CPMI da violência contra a mulher, mas, por outro lado, sempre fico me questionando quando somos convidados a debater a tortura, a violência contra a mulher e o sistema penitenciário falido. Meu Deus, em pleno século XXI, com tantas tecnologias, com tantos avanços, ainda somos convidados a discutir questões que atormentavam, ou práticas que eram comuns, na época medieval, na Santa Inquisição, como é o caso da violência contra a mulher, considerando que mais de 100 mil mulheres foram levadas à fogueira naquele período.

Hoje, no século XXI, o Brasil possui uma legislação tão robusta, tão bem-elaborada e que está no “ranking” das mais bem-formuladas do mundo - só 19 países possuem uma legislação voltada especificamente para a mulher -, e nós ainda estamos questionando por que as mulheres ainda são agredidas, e principalmente, pelos homens. Como disse o amigo Denilson, em quase 80% dos casos elas são agredidas pelos companheiros, namorados, noivos e maridos. Por que isso acontece? Em muitos casos, elas são levadas à morte, assassinadas pelos companheiros. Claro que isso ocorre na maioria dos casos, outras vezes elas são vítimas de violência por outro tipo de agressor, mas repito: na grande maioria é pelo companheiro.

No caso de Minas Gerais, estamos felizes de não estarmos no primeiro lugar do “ranking” de violência feminina, mas em outros tempos já o ocupamos. Recentemente ocupamos as páginas policiais nacionais, porque volta e meia, lamentavelmente, o homem mineiro aparece em crimes emblemáticos e polêmicos contra a mulher. Isso ocorre desde a época em que eu era menina e aconteceu agora no caso da Procuradora da União que foi assassinada brutalmente dentro da própria casa, já com a medida protetiva deferida. Então, Nívia, acredito que a questão é para além das leis.

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em 1987, já preocupada com a violência contra a mulher, especificamente contra a violência doméstica, instala-se dentro da delegacia especializada para atender a mulher vítima de violência. Aqui, quero render uma homenagem a nossa já falecida colega e amiga Umbelina Lopes, que aliás escreveu uma obra chamada “Mulheres em pedaços”, baseada nos casos que atendia, relatando fatos absolutamente chocantes de mulheres vítimas de violência. A presença da Defensoria Pública ali tinha o objetivo de esclarecer as mulheres acerca da necessidade de formulação de um boletim de ocorrência e da procura efetiva dos meios de amparo público para que se defendessem da violência doméstica.

Posteriormente, em 2/8/2005, a Defensoria Pública inaugurou uma defensoria especializada para defender a mulher vítima de violência. Isso ocorreu antes mesmo da Lei Maria da Penha, a Lei nº 11.340, que é de 2006. Essa Defensoria ficou conhecida em Minas Gerais como Nudem, que é o Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Esse núcleo foi premiado em 2006 com o Prêmio Innovare, trazendo para a Defensoria Pública o primeiro Prêmio Innovare do Brasil. Hoje, outras Defensorias foram premiadas, mas Minas recebeu o primeiro prêmio em razão da defesa da mulher vítima de violência. O modelo do Nudem foi replicado para outros Estados, pois faz parte das regras da premiação que a prática vitoriosa replique.

Minas tem oito cidades com o Nudem instalado: Araguari, Belo Horizonte, Betim, Contagem, Itajubá, Juiz de Fora, Montes Claros e Varginha. No dia 2 de abril, na Comarca de Viçosa, a Defensoria Pública inaugurou a Casa das Mulheres, em parceria com a Prefeitura de Viçosa, a Universidade Federal de Viçosa e a Escola de Estudos Superiores de Viçosa, para fazer um amparo efetivo à mulher vítima de violência.

Estamos levantando os dados para responder ao ofício formulado pela relatora. Mas podemos dizer que, de 2011 até março de 2012, foram atendidas pelos Defensores Públicos 2.915 mulheres vítimas de violência doméstica. Assinamos um acordo de cooperação técnica entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o Ministério da Justiça, o CNJ, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça e o Conselho Nacional de Defensores-Gerais, para combater a violência contra a mulher. Essa é uma iniciativa intersetorial firmada entre o nosso conselho e outras instituições. É a Defensoria buscando aparelhar-se e participar ativamente dessa luta contra a violência doméstica.

Passarei a palavra à colega Laurelle, coordenadora do Nudem de Belo Horizonte, para apresentar as propostas da Defensoria Pública visando ao melhor atendimento da mulher vítima de violência doméstica. Obrigada.

A Sra. Coordenadora - Registramos a presença da Leandra, representante do PSDB Mulher, e da Anália Maria Ferreira, Vice-Presidente do Cogemas. Com a palavra, a Defensora Pública Laurelle Carvalho de Araújo.

Palavras da Defensora Pública Laurelle Carvalho de Araújo

Boa tarde. Não seguirei o protocolo de cumprimento dos membros da Mesa, pois já foi seguido pela Defensora Pública-Geral. Saúdo os representantes da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica.

Depois de muitos estudos realizados com colegas Defensores de Belo Horizonte e do interior, desenvolvemos algumas propostas passíveis de ser aplicadas na prática. O Nudem de Belo Horizonte tem a previsão legal de contar com oito Defensores Públicos, mas só conta com três. A nossa prioridade é o atendimento às mulheres, feito diretamente pelos Defensores Públicos. Não temos assessores; por isso os nossos números são menores que os de outras instituições, pois não temos esse aparato administrativo - no entanto, gostaríamos de tê-lo. Portanto pedimos a ampliação dos números de Defensores Públicos em Belo Horizonte e a criação de



novos Nudems no interior, o que se faz necessário. Temos uma equipe multidisciplinar com uma parte psicossocial ainda pequena. Trata-se de uma assistente social e estagiários de psicologia e assistência social. Sendo assim, é necessário ampliar esse número de profissionais.

Quanto à criação do Nudem, a Prefeitura de Belo Horizonte firmou um termo de cooperação com esse núcleo de Belo Horizonte, onde havia duas assistentes sociais e duas psicólogas. Gostaríamos que voltasse a haver novamente esse termo de cooperação até a Defensoria Pública fazer concurso para a área-meio em nossa Prefeitura daqui. Da mesma forma, no interior não tem esse termo, por isso gostaria de convidar os Prefeitos das cidades que têm o Nudem para firmarem esse acordo com a Defensoria Pública. Estamos abertos para isso porque somos parceiros.

Já foi falado aqui sobre a ampliação da instalação das delegacias especializadas onde há o Nudem. Itajubá e Montes Claros não possuem a Deam. Fui informada aqui que havia Deam em Itajubá, mas que ela foi fechada. É importante a reinstalação dessa delegacia lá. - aliás, os Defensores que atuam no interior pedem essa ajuda. Em Viçosa também não existe Deam.

No que se refere ao atendimento na delegacia daqui de Belo Horizonte, existe uma resolução de 1996, anterior a nossa Lei Maria da Penha, feita em 2006. Então gostaríamos de pedir a reformulação dessa resolução para que possam atender a todas as mulheres, de acordo com o art. 5º da Lei Maria da Penha, dentro da Delegacia de Mulheres.

Voltando ao tema da delegacia, ultimamente estão chegando as adolescentes de 16 anos para serem atendidas no Nudem. Elas estão sendo atendidas pela Delegacia de Defesa da Infância e Juventude, que é própria para elas, mas, em alguns casos, esses inquiridos não estão sendo remetidos para a 13ª e a 14ª Varas Criminais em Belo Horizonte, mas sim para o Juizado Especial Criminal. Na verdade, há que aplicar para essa adolescente o Estatuto da Criança e do Adolescente e também a Lei Maria da Penha, mas, em muitos casos, isso não está ocorrendo. Como nem todos os casos chegam à Defensoria, estamos solicitando que isso ocorra. Sei que o Ministério Público, lá no Juizado, está pedindo a remessa para as varas especializadas, isso demora meses. Tenho essa informação dos Defensores que atuam lá e já questionei sobre o que está acontecendo; porém, a remessa desses autos, que vão para o local equivocado, acaba atrasando a solução para essas adolescentes, também vítimas de violência doméstica.

Uma outra proposta nossa é sobre a atermação do Juizado Especial Civil, que conhecemos. O que seria atermação? São pedidos iniciais feitos pela própria pessoa, sem advogado e sem Defensor Público, que vão direto ao Judiciário. O nosso Tribunal de Justiça já se utiliza disso aqui, onde estagiários treinados pelo Judiciário, sob coordenação de um bacharel de direito, captam esses pedidos iniciais e depois os encaminham para os Juizes. Sabemos que, em Belo Horizonte, muitas medidas protetivas são indeferidas por falta de provas.

Creio que a capacitação dos estagiários poderá suprir a questão da falta de prova e poderá ser importante para fazer uma atermação, para receber esse pedido inicial das medidas protetivas. Desejamos que se amplie o número de medidas protetivas de Belo Horizonte, do Estado e do Brasil.

Outro dificultador, que já foi citado aqui, na aplicação da Lei Maria da Penha é a ausência dos Juizados Especiais de Violência Doméstica. Não se trata apenas de nomenclatura. Hoje, numa reunião no Tribunal de Justiça, os Juizes informaram que só há nove servidores trabalhando em cada vara. Em todos os juizados de Minas Gerais, o número de servidores é maior que o das varas. São dois Juizes com nove servidores. Não dão conta, pois o número de processos é grande e a quantidade de servidores é pequena. É necessário ampliar.

Hoje, mais cedo, dizia que a alteração da lei complementar, passando para juizado, resolverá a questão do número de servidores, pois lá há um número maior. Essa alteração é importante e viável, em virtude de haver previsão desses juizados. Em razão da ausência de juizados, as ações penais, os inquiridos, as medidas protetivas estão na 13ª e 14ª Varas Criminais, em Belo Horizonte, mas ações de natureza de família, como divórcio, guarda, alimentos, etc., estão numa das 12 Varas de Família da Capital. O Juiz recebe a petição e marca uma audiência, chamada de conciliação, prevista no Código de Processo Civil. Na maioria das vezes, não há a conciliação. Tive ontem o relato de uma mulher que queria o divórcio e se reconciliou com seu agressor. Ele a intimidou na audiência simplesmente com o olhar. Não falou nada. O olhar dele foi suficiente para ela voltar atrás e desistir do divórcio. Desse modo, transitou em julgado.

Solicito à Câmara a inaplicabilidade do art. 331 do Código de Processo Civil, no caso de violência doméstica, porque não há paridade de armas na hora desse acordo. A mulher está em situação de inferioridade. Se está nessa situação, não é possível haver um acordo. Em todos eles, se há, é viciado.

Outro ponto diz respeito à criação e à implantação da casa de acolhimento. A Marta deverá falar logo após sobre isso. A implantação da Casa Abrigo no interior é uma solicitação dos Defensores do interior. Aqui, em Belo Horizonte, há o Bolsa Moradia para as pessoas que estão em situação de risco, mas a mulher vítima de violência, que está correndo risco de vida, não está incluída. Temos aqui o decreto da Prefeitura. Isso poderia ser implantado em nível nacional. Se há o Bolsa Família, por que não poderíamos fazer essa bolsa para as mulheres vítimas de violência? Muito obrigada.

A Sra. Coordenadora - Muito obrigada, Dra. Laurelle, que, sem dúvida alguma, deu uma grande contribuição para essa questão. Quero apenas explicar que, na página do Senado, há o espaço para o cidadão denunciar ou contribuir. A continuação dos trabalhos da CPMI contará também com a absorção de mais relatórios e contribuições. Já recebemos, até agora, 12 relatórios complementares de entidades e instituições públicas. Com certeza, o trabalho continuará. Com a palavra, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão Especial de Combate à Violência contra a Mulher da Assembleia Legislativa, que dividirá o seu tempo com a Deputada Luzia Ferreira, relatora.

Palavras do Sr. Presidente

Muito obrigado, Sra. Presidenta Jô Moraes, a quem saúdo e parabeno por este encontro. Quero saudar e dar boas-vindas à eminente relatora Ana Rita, do Estado do Espírito Santo, ao eminente Secretário Cássio Soares e, na sua pessoa, a toda a Mesa. Faço uma saudação muito especial à nossa relatora, Deputada Luzia Ferreira, e à Deputada Maria Tereza Lara, que fazem parte da nossa



comissão especial; à Deputada Rosângela Reis e ao Deputado Ivair Nogueira. Cumprimento ainda o seletor público presente, desculpendo-me de não citar nomes, em decorrência do adiantado da hora.

Senhora relatora, é um prazer imenso tê-la em nossa Casa. Estou certo de que V. Exa., desde o primeiro momento, quando abriu os nossos trabalhos, pôde perceber, nas palavras dos Secretários, dos expositores e de toda a Mesa, a seriedade com que estamos tratando esse relevante tema. Esta Assembleia, por sensibilidade do Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, é a única do Brasil a ter uma comissão especial que trabalha como coadjuvante desse trabalho extraordinário que a CPMI tem feito sob a honrosa Presidência da querida Deputada mineira Jô Moraes e com a participação do Deputado Eduardo Azeredo, autor do requerimento que suscitou esta reunião.

Quero destacar, caríssima relatora, amigos e amigas, uma importante audiência pública que realizamos no dia 17 e aproveito para agradecer-lhe novamente por retornar a esta Casa, a convite que fizemos naquela tarde. Nossa comissão especial nasceu em decorrência de pedido de nossa autoria, uma vez que entendo necessário que a Assembleia Legislativa também busque a contextualização das políticas públicas, e este é um espaço importante para apresentarmos o nosso trabalho e, particularmente, as nossas aspirações. O diagnóstico que estamos fazendo já está avançado, senhora relatora, e, na audiência pública do dia 17, conseguimos muitos documentos e tomamos depoimentos importantes, que mostram que estamos tratando esse assunto com absoluta seriedade. Mas, para dizer isso a V. Exa., vamos dividir o nosso tempo com a nossa querida relatora. A atuação da nossa Comissão, em consonância com o seu papel e o papel desta Assembleia, não se restringe a esta Casa. Como está fazendo a CPMI, também vamos percorrer várias cidades do Estado de Minas Gerais para apresentar o nosso parecer, com o qual esperamos dar a nossa contribuição de maneira séria, eficaz, respeitosa e também proativa, retratando os anseios dos mineiros. Tenham a certeza, caríssima relatora e querida Jô, que a nossa Comissão se incumbiu de fazer um diagnóstico da situação e o fará, e já em nossa primeira reunião pudemos sentir a preocupação e a seriedade com que esse tema tem de ser tratado. Assim, quero renovar minha esperança e meu otimismo quanto ao papel importante que teremos daqui para a frente. Apresentando o seu parecer, essa Comissão haverá de buscar a contextualização de todos os dados e assim, com riqueza de informações, refletir o importante papel das mulheres mineiras. Esse é o nosso papel. Repito que fico muito honrado, querida Jô, por tê-la novamente na sua Casa dirigindo os trabalhos dessa comissão, certo de sua luta, idealismo e, principalmente, seu espírito extraordinário de estar sempre na busca da verdade dos fatos.

Vou dividir o meu tempo com a relatora, e não poderia ser diferente. Portanto, passo a palavra a essa mulher guerreira que, também quando na Câmara Municipal, apresentou várias sugestões de audiências públicas.

De lá para cá, da Câmara para a Assembleia Legislativa, a Deputada Luzia Ferreira tem se demonstrado também profunda conhecedora do tema, razão pela qual, na constituição da nossa Comissão, não tive dúvidas em convidá-la para ser a relatora, como também contar com a participação efetiva da querida Deputada Maria Tereza Lara, que aqui está conosco.

Com a palavra, a Deputada Luzia Ferreira. No final do pronunciamento da relatora, a Comissão entregará, oficialmente, o relatório deste primeiro encontro. Queremos antes agradecer aos nossos consultores, assim como a todos os que nos ajudaram e contribuíram na elaboração deste importante documento, que registrará o início dos trabalhos da brilhante Comissão. Peço a Deus que dirija os destinos dessa Comissão, percorrendo toda a Federação, mas aqui, em Minas, querida Deputada Jô Moraes, caríssima relatora Senadora Ana Rita, caríssimas Deputadas, tenho a certeza de que faremos a nossa parte, daremos a nossa contribuição. Muito obrigado.

A Sra. Coordenadora – Muito obrigada, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Com a palavra, a relatora da Comissão desta Casa, a Deputada Luzia Ferreira, companheira, parceira de muitas lutas históricas nesta Casa, aliás, também de aniversário, pois fazemos no mesmo dia.

Palavras da Deputada Luzia Ferreira

Cumprimento todas e todos que hoje estão aqui na Assembleia Legislativa de Minas, discutindo um tema tão importante para a nossa democracia. Cumprimento a Presidenta da CPMI no Congresso Nacional, querida amiga Jô Moraes; o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, nosso Presidente da Comissão na Assembleia; e a Senadora Ana Rita, permitam-me, na pessoa de quem cumprimento todos da Mesa.

Creio que essa luta é uma caminhada de muitos séculos, porque começamos a reorganizar o movimento feminista no Brasil na metade da década de 70 do século XX. Mas muitos nos antecederam sempre defendendo a cidadania, a igualdade de direitos, para que fôssemos reconhecidas como cidadãs plenas. Avançamos muito. E o maior avanço nesse último quarto do século XX e início do século XXI foi o Estado brasileiro, o poder público considerar que a questão da desigualdade não era de gênero, uma questão apenas das mulheres, mas, sim, de toda a sociedade, um problema, portanto, em que o Estado tinha de meter a colher de pau - ironizando um adágio bem popular que diz que, em briga de marido e mulher, não se mete a colher de pau.

Nesta Casa há apenas quatro Deputadas, bravas Deputadas - Maria Tereza Lara, eu, Liza Prado e Rosângela Reis -, mas a iniciativa de requerimento para criar uma comissão especial, em função até das várias denúncias de violência e de morte de mulheres no primeiro trimestre em Minas, partiu de um Deputado, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Então, foi por isso que sempre lutamos, queríamos que tal questão fosse compreendida como uma luta, como uma política pública relevante, como é a educação, a saúde, o meio ambiente, ou seja, como uma política pública relevante para a cidadania da metade da população brasileira, que somos nós mulheres.

Quero dizer que, por feliz coincidência, há também a CPMI. O Secretário Denilson disse, com muita propriedade, que o papel do Parlamento, talvez mais importante que fazer as leis, é acompanhar, fiscalizar, dar voz à sociedade neste Plenário e nas diversas instalações desta Casa, e possibilitar que essas propostas elencadas aqui entrem no Orçamento, recebam recursos e estejam como prioridade nas diversas leis orçamentárias, na LDO e no PPAG.

Então queria comprometer-nos com todos e todas que estão aqui, as entidades, as instituições públicas que nos antecederam. Sabemos que cada um faz um esforço imenso de articulação em rede, e essa é também uma novidade da democracia e da gestão



pública madura e republicana no País. Esse é um assunto que não terá solução se não houver essa compreensão de que se tem de trabalhar em rede, nos três níveis da gestão pública do Brasil - Município, Estado, União -, também articulado umbilicalmente com o movimento social das mulheres, porque essas reivindicações todas nasceram da sociedade para o Estado. Portanto, não haverá solução se quebrarmos essa corrente. Creio que é esse o compromisso que estamos fazendo aqui, com a CPMI, com cada uma de vocês, de exercer bem nosso papel.

Como disse o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, faremos audiências públicas no interior. Há debilidade e deficiências das instituições que acolhem a mulher vítima de violência - delegacias, Defensoria, juizados, varas especiais, promotorias especializadas. Pelo relato dos órgãos responsáveis, eles reconheceram essas deficiências, a maioria delas de recursos humanos, físicos e orçamentários. Elas hoje estão localizadas nesse ponto. Não se trata mais de ser uma questão de boa vontade política, de entendimento da importância dessa ação. Acho que já conseguimos fazer com que o Estado brasileiro assumisse isso como prioridade, mas precisamos, ao identificar essa prática, criar condições. Acho que a Comissão também está assumindo esse compromisso aqui.

No dia 17, o nosso objetivo foi ouvir as entidades e o movimento, e o resultado do nosso diagnóstico e das propostas a partir de julho, mês em que aqui se vota a LDO, é já abriremos espaço para priorizar e ampliar os recursos orçamentários a partir do próximo ano, porque votamos o Orçamento para o ano que vem. Acho que esse é o compromisso da comissão que estamos fazendo aqui. Não apenas levantar um diagnóstico e propostas - muitas são conhecidas -, mas também dar seguimento para garantir que, no Orçamento de 2013, coloquemos rubricas novas, recursos novos, para que essas debilidades sejam sanadas. Sabemos que especialmente todas as equipes que sucederam a Delegada Elaine Matozinhos, que foi a pioneira, a primeira Delegada da Mulher, deram certo porque também elas estão ali não apenas cumprindo um horário de trabalho, exercendo a sua função. São pessoas que assumiram, vestiram a camisa, tiveram o compromisso fundamental de fazer dar certo, de exercer, com muita dedicação, essa função grave de acolher, de ser a porta de entrada às mulheres vitimizadas, que chegam ali talvez em estado extremamente debilitado, física e psicologicamente.

Os dados apresentados pela relatora, no início, do número de mortes por violência à mulher em 10 anos - 42 mil mulheres -, mostram - todo o mundo que fala aqui elogia a família - que a família brasileira é uma tragédia; mata mais que uma guerra. Qual guerra gerou, num período de 10 anos, 42 mil mortes? Isso é um alerta também para a sociedade, essa organização familiar que gera tanto sofrimento, no caso um assassinato em massa, vamos assim dizer. Porque 42 mil mortes em 10 anos é para assustar qualquer país, qualquer governo e qualquer sociedade, pois mostra também por dentro como essas relações se constituíram e como estão se desenvolvendo as nossas relações afetivas e pessoais, sem falar da tragédia que é para os filhos dessas famílias que vivem essa situação de violência.

Então, o nosso compromisso é fazer com que esse diagnóstico e propostas também tenham uma média da situação do Estado, porque aqui temos sempre a lógica de ver a realidade pelo que acontece mais próximo de nós - que é natural -, que é a região metropolitana. Já há várias audiências no interior para que também ouçamos as instituições e o movimento.

Queremos fazer, de público, esse nosso compromisso. Trabalharemos de forma muito integrada - aliás, o nosso prazo é mais curto que o da CPMI. Queremos trabalhar as propostas já nas leis orçamentárias, que começam a ser votadas em julho, para dar uma contribuição efetiva da Assembleia de Minas, que certamente contará com o apoio de todos os Deputados desta Casa. Então essas eram as minhas considerações. Como já disse o Deputado, entregaremos o relatório. Fui portadora de algumas propostas da Câmara Municipal de Belo Horizonte nas pessoas das Vereadoras Silva Helena, Neusinha Santos e Maria Lúcia Scarpelli, que aqui se encontram. Na verdade, elas são integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que realizou ontem uma audiência pública cujas propostas também passo às mãos da Presidente e da relatora da CPMI. Muito obrigada.

A Sra. Coordenadora - Agradecemos. Receberemos e, em seguida e imediatamente, a passaremos para os representantes da sociedade civil.

- Procede-se à entrega de documentos.

A Sra. Coordenadora - Queremos esclarecer que a natureza da nossa investigação está em cima da sociedade civil, em cima do Estado brasileiro, de como ele responde às exigências de proteção às mulheres. Por isso, prioritariamente, escutamos as instituições para que nos respondam e depois possamos verificar quais propostas apresentam.

Nesta oportunidade, temos como último setor a ser escutado a representação da sociedade civil. Quero dizer a todos que, logo em seguida, leremos os nomes das entidades e instituições, um número de 12, que nos entregaram o relatório. Com a palavra, a Sra. Márcia de Cássia, da rede feminista; em seguida, a nossa companheira Maria Izabel Bebela, da União Brasileira de Mulheres.

Palavras da Sra. Márcia de Cássia Gomes

Dividirei o meu tempo com a Bebela. Tenho uma tarefa de representar a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Minas Gerais, que, na sua última reunião, no dia 11/4/2012, na sede da Procuradoria-Geral do Estado de Minas Gerais, realizou a sua reunião mensal, onde foram apontadas algumas questões, que trouxe como representação. Como disponho de 10 minutos, quero cumprimentar rapidamente a Mesa nas pessoas da Presidente Jô Moraes e da relatora Ana Rita, que estão aqui representando a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito. É um prazer recebê-las neste segundo Estado a ser acompanhado pela Comissão. Quero cumprimentar também o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão Especial da Assembleia Legislativa, e a relatora Luzia Ferreira, nossa companheira, com quem participamos no dia 17... Tivemos o prazer de sugerir que esta Comissão Especial deixe de ser especial e passe a ser permanente para acompanharmos as atividades cotidianas.

Além disso, cumprimento a Deputada Maria Tereza Lara e todas as integrantes da Mesa, cujos nomes não citarei, pois muitas delas e muitos deles são integrantes da rede e já se pronunciaram também aqui, e também todas as autoridades e lideranças, gestoras de políticas e Vereadoras que estão presentes no Plenário. Saiamos daqui, nesta sexta-feira, dia 27 de abril, hoje, para comemorarmos um dia muito importante para nós, do movimento feminista, que é o Dia das Empregadas Domésticas. Um exemplo de violação de



direitos é o não reconhecimento dessas trabalhadoras pela CLT. Além disso, façamos também dessa nossa atuação em Minas Gerais uma das reivindicações da CPMI.

Gostaria, rapidamente, de falar da rede de enfrentamento da mulher, que existe há seis anos e, de forma integrada e compartilhada, faz, uma vez por mês, uma reunião nas várias instituições. Nossas reuniões são itinerantes, para que possamos conhecer de perto todas as instituições que trabalham com a aplicabilidade da Lei Maria de Penha. Nesse sentido, alguns desafios estão sendo colocados. Vou ler todos eles para que possamos ser mais rápidas. Algumas coisas já foram faladas, porque muitas instituições que nos antecederam são integrantes da rede. Então, de alguma forma, têm trazido essas propostas e desafios. Cabe, nos 10 itens que listei, cada um ver o que é próprio. Então estes são os nossos principais desafios.

A incorporação dos princípios previstos na Constituição brasileira, principalmente laicidade do Estado, garantindo o direito à autonomia, igualdade e respeito à diversidade de todas as mulheres, preconizados nos instrumentos e acordos internacionais em que o Brasil é signatário.

Inserção da Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher na gestão pública das instituições, com priorização dessas políticas e ações nas definições de planos, programas e projetos intersetoriais. Não dá para trabalhar se não tivermos a incorporação de uma ação junto com a saúde, junto com a assistência social, principalmente naquilo que o Suas preconiza, que é uma política de enfrentamento da violência e de apoio às mulheres em situação de violência. Precisamos fazer esse diálogo, e isso cabe ao Estado e aos Municípios.

Estruturação e institucionalização dos serviços responsáveis pelo atendimento à mulher, com equipe de profissionais necessários, com a realização de concursos públicos específicos. Garantia de recursos orçamentários e financeiros nos planos anuais e plurianuais para a efetivação da Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. A Luzia citou 2013, mas sabemos que este ano é de eleição. Então, todas as companheiras militantes dos movimentos sociais aqui representados e de partidos políticos têm de ter, em suas bandeiras e reivindicações, os recursos, porque não dá para fazer qualquer política se não tivermos orçamento necessário e efetivo para esse desenvolvimento.

Formação continuada, envolvendo toda a equipe de gestores da política, profissionais de diversas áreas de atendimento, recepção, atendentes, estagiários, enfim, de todos esses profissionais que estão inseridos na política de gestão da instituição. Um exemplo é o que a Acadepol, a Escola Judicial e a Escola de Formação da Polícia Militar vêm desenvolvendo, bem como os custos promovidos pelas várias instituições da rede, voltados para a formação continuada. Não queremos somente uma capacitação, mas que a gestão dessas instituições coloque, como um dos princípios, que essa formação seja objetivo de trabalho.

Reestruturação das normativas e resoluções internas das instituições, incorporando o que é preconizado pela Lei nº 11.340, Lei Maria da Pena, no desenvolvimento diário do trabalho. E a Defensora Laurelle Carvalho de Araújo já falou sobre isso. Um dos desafios é que essa resolução, principalmente a da Deam, seja revista e efetivamente assumida no que é preconizado pela Lei Maria da Pena.

Estruturação de fluxos entre as instituições que trabalham com o atendimento à mulher em situação de violência, visando a uma melhora no acolhimento, encaminhamento e resolutividade da denúncia, evitando a revitimização das mulheres e sua “peregrinação” pelas instituições. Negação de práticas baseadas na conciliação e na mediação. Desigualdade de poder não se media. Estruturação de um sistema de informação com coleta de dados e informações entre as instituições para análise, avaliação, acompanhamento, monitoramento e proposição de novas políticas. Articulação e atuação em conjunto com os movimentos sociais, principalmente de mulheres, com proposição e monitoramento das políticas públicas, exercendo o seu princípio, que é o de controle social, principalmente no caso dos Conselhos de Direitos das Mulheres.

Então, essas questões foram levantadas em conjunto, e gostaríamos de deixá-las como contribuição. Coloquei algumas questões que, para nós, são princípios importantes. Todas as nossas ações, independentemente das instituições que incorporam a rede ou não, devem ter como objetivo o melhor acesso das mulheres aos serviços e à instituição. Isso tem a ver com prevenção.

O nosso trabalho na área da educação tem de ser exemplar, e por isso algumas iniciativas como a Maria da Pena Vai à Escola e outras tantas têm de ser priorizadas como políticas a serem desenvolvidas em todo o Estado de Minas Gerais. As instituições devem oferecer um atendimento a todas as mulheres e um serviço de qualidade, ágil e eficiente. Esse é um passo importante para que, juntas e juntos, acabemos com a impunidade e efetivamente demos uma resposta às mulheres violadas em seu direito de viver uma vida sem violência. Unidas somos fortes, e, com certeza, esta CPMI fará chegar as vozes das mulheres a todos os recantos do Brasil. Obrigada.

A Sra. Coordenadora - Agradecemos à Marcinha. Com a palavra, a representante da Lei Brasileira de Mulheres, Maria Izabel Bebel Ramos Siqueira.

Palavras da Sra. Maria Izabel Bebel Ramos de Siqueira

Boa tarde a todas as pessoas. Cumprimento a Mesa na pessoa da Deputada Federal e Presidente da Comissão, Jô Moraes, feminista de primeira ordem no Estado de Minas Gerais. Cumprimento a plateia na pessoa da Presidente do Conselho Estadual da Mulher, Jovita Levi Ginja.

Quando formalizamos a entrega de um documento, na primeira etapa desta Comissão, na Comissão estadual da Assembleia Legislativa, no dia 17 de abril, a União Brasileira de Mulheres - UBM - propôs alguns itens técnicos: a implantação real da Lei Maria da Penha no nosso Estado, maior divulgação dessa lei e a questão do Juizado da Família e da Violência contra a Mulher, entre outros itens.

Hoje o que eu trouxe foi um registro de complementação desse primeiro documento. Quero lembrar 30 a 40 anos atrás, quando Márcio Stancioli matou Eloisa Ballesteros com um tiro. Ela estava dormindo e já havia pedido o divórcio. Lembro também de quando Eduardo Souza Rocha matou a sua mulher porque, segundo ele, ela estava querendo voltar ao tempo de solteira, exigindo voltar a estudar, dirigir seu carro sozinha, fazer ginástica...



Quando Márcio Stancioli e Eduardo Souza Rocha mataram suas mulheres, eles inauguraram uma saga de violência contra a mulher em Minas Gerais e banalizaram a situação do amor conjugal, das relações conjugais de amor que uniram esses quatro personagens. Os dois, tanto Márcio Stancioli quanto Eduardo Souza Rocha, ficaram com o poder pátrio dos filhos.

Eu gostaria de ter tempo para enumerar os assassinatos e violências contra a mulher no Estado de Minas durante estes 30 anos, desde a década de 80, o impacto desses assassinatos, a decorrência disso nos vários assassinatos em série, os ciclos de assassinatos em série de maníacos, como o maníaco da UFMG, o maníaco de Juiz de Fora, etc. O maníaco de Juiz de Fora estrangulou cinco mulheres com idades entre 58 e 77 anos em Juiz de Fora. A última vítima foi uma viúva de 74 anos, que estuprou depois de estrangular. O maníaco da UFMG nunca foi preso nem sequer identificado.

Entre 2004 e 2005, foram encontrados nove corpos em Araguari, vítimas do maníaco de Araguari. Entre 17/4/2009 e fevereiro de 2010, o maníaco de Contagem Marcos Trigueiro, aquele rapaz bonito, louro de olhos verdes, que matou cinco mulheres com requintes de crueldade, estrangulando-as, ora com o colar, ora com o cadarço do tênis, ora com o cinto de segurança do carro. As vítimas de Marcos Trigueiro, o maníaco de Contagem, foram: Ana Carolina, Maria Helena Lopes, Edna, Adna e Natália. Marcos Trigueiro recebeu condenação?

Nos primeiros quatro meses de 2009, 21 mulheres foram mortas em Belo Horizonte. Esqueci-me de falar que, em 1992, no mês de fevereiro, em 12 dias ocorreram 11 assassinatos de mulheres. Entre 2010 e 2011, um maníaco, estuproador e assassino de garotas de programa de Belo Horizonte matou duas mulheres e não foi achado. As características de crueldade desses crimes foram: estrangulamento, quebra de membros, arrancava cabelos e dentes, marcava rostos com ferros e facas e fazia mutilações com ácidos.

De 1990 a 2012, o maníaco do Anchieta, estuproador, foi denunciado por uma vítima que, na época, tinha 11 anos e o reconheceu. A Dra. Margareth fez referência a esse maníaco, pois estava tomando providências na última CPMI desta Assembleia. De 2006 a 2010, ainda vimos o estuproador de dentistas Arquimedes de Abreu Filho, de 50 anos, que matava as vítimas no próprio consultório. Ele marcava consultas e as assassinava. Muitas vezes, essas mulheres que foram assassinadas, embora tivessem procurado, não receberam proteção do Estado. A Islaine, cabeleireira, denunciou o seu companheiro por oito vezes e fez oito boletins de ocorrência.

Em fevereiro de 2001, a Profa. Márlia morreu aqui perto, em frente ao Diamond Mall, assassinada por seu companheiro, de quem estava separada. Ele foi preso, mas logo a seguir saiu da cadeia. Em 2/2/2012, há pouco tempo, a Procuradora de Justiça Federal Ana Alice Moreira Melo, de 35 anos, procurou por duas vezes a 4ª Delegacia de Nova Lima, no dia 24 de janeiro, para registrar um boletim de ocorrência. Ela foi assassinada, e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais informou que o Juiz da cidade de Nova Lima havia deferido a medida protetiva que determinava a saída do acusado da casa onde a Procuradora foi morta.

O despacho saiu depois das 18 horas do dia 1º de fevereiro, horas antes de ela ser assassinada. No dia 14/2/2012, Irene Carla da Silva, de 25 anos, foi assassinada pelo marido, Edicimar Rodrigues de Freitas, de 37 anos, a tiros, na Pampulha. Irene registrou, em 2009, dois boletins de ocorrência por violência doméstica e estava sob medida protetiva. Em 28/1/2012, Karina Angélica Mayer, proprietária de uma grife de moda em Belo Horizonte, foi assassinada, e o suspeito do crime é o noivo Bruno Henrique Araújo. A polícia suspeita que ele cometeu suicídio a seguir. Em 16/4/2012, em Poços de Caldas, a cabeleireira Viviane, de 28 anos, foi assassinada pelo ex-namorado, Márcio Rodrigo Madruga de Souza. Ele se apresentou à namorada com outro nome, porque dois anos antes havia matado duas mulheres. Casos em que houve dificuldade para localizar os criminosos. É como esse caso do maníaco da UFMG, que se encontra insolúvel.

Pergunto à CPMI, às autoridades presentes e ao público em geral o que representa isso. Claro que as instituições e o Ministério Público são avanços, muito graças à sociedade civil, que luta pela implantação dessa proteção à sociedade. Mas o que representam 46 delegacias especiais de mulher em um Estado com 853 Municípios? O que representa a instituição de mais uma vara para 30, 40, 50, 60 mil processos? Já ouvimos que é esse o número de processos na 13ª e 14ª Varas. Há quanto tempo estão esses 30, 40, 50, 60 mil processos parados por falta de estrutura humana? Esses avanços são muito importantes, e é importante que a polícia se envolva com programas como o PDV. É elogiável, mas gostaria de entender o que significa esse impacto na sociedade da instituição de mais uma vara.

Apenas mais uma coisa. Embora a Desembargadora esteja ausente, ela falou em queixas levianas. Nos meus 45 anos de militância feminista, só tenho dor e sofrimento das queixas dessas mulheres. Obrigada.

A Sra. Coordenadora - Obrigada. Solicitamos a entrega dos relatórios da Márcia de Cássia e da Izabel Bebel. Recebemos, como complementares, os relatórios do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais; do Dr. Murilo Andrade, com seu parecer para a Comissão; do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais. Também recebemos propostas da denúncia da Ana Rita Sena de Almeida, entregue à CPMI; os relatórios da União Brasileira de Mulheres, que acaba de ser apresentado em resumo; do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte; da Prefeitura Municipal de Nova Lima; da Coordenadoria de Políticas para Mulheres de Contagem; da Associação de Mulheres Profissionais de Segurança Pública – as profissionais da Polícia Militar, que também apresentaram um relatório sob a ótica da sua experiência; do Comdim-PBH; do Instituto Jurídico pela Efetivação da Cidadania; do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Betim; e do Sr. José Cunha. Todos esses relatórios estarão anexados ao resultado que a relatora está colhendo neste processo. Eu tinha algumas questões a encaminhar, mas as autoridades para as quais eu gostaria de apresentar as minhas preocupações estão ausentes. Assim sendo, passo a palavra à Senadora, à relatora, para seus últimos questionamentos. Sem dúvida alguma, teremos a continuação do trabalho de vocês. Antes do final dos trabalhos, recolhemos as contribuições de vocês. Estaremos dispostos a recebê-los em Brasília. Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A Senadora Ana Rita – Tínhamos aqui algumas perguntas a serem feitas, até mesmo para a Defensoria Pública, mas, em função do tempo, combinamos com a Dra. Andréa e também com a Dra. Nívia que vamos encaminhá-las, posteriormente, para que elas possam nos responder em seguida.

Deputada Jô, quero fazer as minhas considerações finais, porque teremos de viajar hoje e já está ficando tarde. Quero apenas destacar a importante contribuição que recebemos em visitas que realizamos hoje cedo à Delegacia de Atendimento à Mulher, à

Defensoria Pública e ao Tribunal de Justiça. Agora, à tarde, enquanto estávamos trabalhando aqui, uma Comissão foi às Varas Especializadas para conversar e conhecer o trabalho realizado.

Gostaria de ressaltar as importantes contribuições que recebemos durante esta audiência pública, fruto das respostas dadas aqui pelos nossos convidados e convidadas. Gostaria de ressaltar também a importante contribuição da gestora do pacto pelo enfrentamento da violência, Dra. Eliana Piola. Ela esteve conosco em uma audiência pública que realizamos ontem, pela manhã, no Congresso Nacional, juntamente com outras gestoras e com a Ministra. Destaco também que ontem, à noite, tivemos um importante momento, pois mesmo rapidamente tivemos uma conversa positiva. A assistente social Andréa está aqui, mas falo também para a Marcinha e as demais presentes que aquela conversa nossa sobre o Consórcio Mulheres das Gerais foi muito positiva. Acho que essa experiência que vocês estão construindo no Estado de Minas Gerais é bastante positiva e a considero pioneira no Brasil, qual seja a experiência de se criar um consórcio envolvendo diversos Municípios, em que cada um deles cumpre seu papel, faz sua parte no enfrentamento da violência contra a mulher. Essa experiência está sendo muito importante para as mulheres do Estado de Minas Gerais e, com certeza, será também considerada e contemplada em nosso relatório.

Por último, quero reforçar o pedido de informações que fizemos aqui hoje, pois não foi possível obtermos todas as respostas neste momento. Aguardaremos essas respostas até a semana que vem. Considerando-se que na próxima semana haverá um feriado, desejamos obter, no mais tardar no início da outra semana, todas essas informações que foram solicitadas, não só as que foram fruto do debate, mas também as solicitadas por mim no início desta audiência pública. Para ,

finalizar, agradeço a todos, a todas e também à Assembleia Legislativa a concessão deste espaço tão importante para a realização desta audiência. É isso o que tinha a dizer. Deputada Jô, passo-lhe a palavra, para que faça os devidos encaminhamentos.

A Sra. Coordenadora - Mais uma vez, antes de encerrar os trabalhos, agradeço a todas as entidades e instituições envolvidas na preparação desta audiência pública. Sem dúvida, a audiência preparatória realizada por iniciativa da Comissão Especial da Assembleia, a audiência realizada na Câmara dos Vereadores, as reuniões preparatórias em Nova Lima, Contagem e Betim e, em outros momentos, a presença de pessoas, instituições e entidades do interior de Minas demonstram a necessidade da continuação desse processo. Temos certeza de que, de posse dos documentos que vocês entregaram – e a relatora Senadora Ana Rita insiste em agradecer-lhes -, muito trabalharemos. O que vimos são inúmeras contribuições. Não são apenas denúncias, são sugestões para o aperfeiçoamento.

Agradeço aos Deputados Estaduais que estiveram aqui presentes, como o Deputado Rogério Correia, que esteve em um primeiro momento e depois retornou. Agradeço especialmente a todos os servidores desta Casa; ao Presidente, Deputado Dinis Pinheiro; ao Secretário-Geral, José Geraldo; a todo o cerimonial, aos que nos acompanharam do aeroporto até aqui e a cada um e cada uma de vocês que contribuíram para que as mulheres sofram menos e que suas queixas “levianas” não se transformem em suicídios e assassinatos.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima audiência pública, a realizar-se no dia 4 de maio, em Santa Catarina. Boa noite a todos.

Encerramento

A Sra. Presidente (Deputada Luzia Ferreira) - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de quarta-feira, dia 2 de maio, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 2/5/2012.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL INDICAÇÃO DO NOME DE ILMAR BASTOS PARA PRESIDENTE DA FEAM, EM 11/4/2012

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Célio Moreira e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina à realização de arguição pública do Sr. Ilmar Bastos indicado para o cargo de presidente da Feam, a apreciar o parecer da indicação e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o indicado e para sua arguição pública, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 59/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2012.

Célio Moreira, Presidente - Luzia Ferreira - Tiago Ulisses.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/4/2012

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite e Carlos Mosconi (substituindo o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o Plano Mineiro de Prevenção e Atendimento a



Acidentes de Trânsito Terrestre e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Maria Cláudia Machado de Assis, Assessora do Gabinete da Secretaria de Estado de Defesa Social, representando Rômulo de Carvalho Ferraz, Secretário de Estado de Defesa Social; e o Cap. PM José Procópio Correia Júnior, Chefe da Seção Técnica de Trânsito da Diretoria de Meio Ambiente e Trânsito da PMMG, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2012.

Maria Tereza Lara, Presidente - Sargento Rodrigues.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/4/2012

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Celinho do Sinttrocel e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. A Presidente, Deputada Rosângela Reis, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata, a qual é dada por aprovada, e solicita aos Deputados presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as condições de saúde dos trabalhadores no Estado, por ocasião do Dia Mundial das Vítimas de Doenças e Acidentes de Trabalho, e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Mário Parreiras de Faria, Auditor Fiscal do Trabalho na Área de Segurança e Saúde do Trabalhador, representando os Srs. Alysson Paixão de Oliveira Alves, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais, e Francisco Alves dos Reis Junior, Auditor-Chefe da Seção de Segurança e Saúde do Trabalhador - SRTE-MTE; Junia Aparecida Guimarães, Técnica de Perícia Médica, representando a Sra. Maria Alice Rocha, Superintendente Regional Sudeste II - INSS; Celso Amorim Salim, Chefe do Centro Regional de Minas Gerais - Fundacentro - MTE; Janaina Passos de Paula, Coordenadora de Atenção à Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado de Saúde, representando a Sra. Elice Eliane Nobre Ribeiro, Diretora de Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado de Saúde; Marcos Marçal, Representante do Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador; Elizabeth Costa Dias, Médica e Professora da Área de Saúde do Trabalhador do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFMG; Geraldo Magela Ribeiro de Souza, Procurador Federal; e Vereador Tarcísio Caixeta, Câmara Municipal de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Celinho do Sinttrocel, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2012.

Rosângela Reis, Presidente - Pompílio Canavez.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/4/2012

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Fred Costa e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão (6) em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento de Belo Horizonte pedido de providências para a retificação do edital do concurso para o cargo de Analista de Políticas Públicas de modo a permitir a inscrição de candidatos graduados em ciências sociais, serviço social e psicologia, encaminhando-se também abaixo-assinado contendo tal reivindicação; seja realizado debate público, em reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para discutir o cumprimento da meta de erradicação dos lixões no Estado até 2014, a implementação da coleta seletiva de lixo nos Municípios, a organização dos Planos de Gerenciamento de Resíduos e os instrumentos de financiamento dessas políticas; seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão pedido de providências para a realização de concurso público para provimento de cargos de nível superior nas Diretorias Regionais da Secretaria de Desenvolvimento Social; seja incluído no curso à distância Orçamento Público, oferecido pela Escola do Legislativo desta Casa, um módulo destinado ao planejamento, orçamento e execução de recursos da assistência social, bem como seja aberta turma para gestores e equipes municipais; seja encaminhado ao Conselho Nacional de Política Fazendária pedido de providências com vistas à ampliação para R\$70.000,00 do limite máximo para o exercício do benefício previsto no Convênio ICMS Confaz nº 38/2012; seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a expedição do decreto regulamentador do Convênio ICMS Confaz nº 38/2012; dos Deputados André Quintão e Carlin Moura em que solicitam seja realizada audiência pública para debater, em reunião conjunta com a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, o Projeto de Lei nº 3.077/2012, que dispõe sobre o Conselho Estadual da Juventude; do Deputado Fred Costa (2) em que solicita seja realizada audiência pública, em reunião conjunta com as



Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para discutir o licenciamento de hotéis em Belo Horizonte; e seja realizada audiência pública, em reunião conjunta com a Comissão de Segurança Pública, para discutir a implantação de câmeras de segurança nas Regionais Norte, Nordeste, Pampulha, Noroeste, Leste, Centro-Sul e Oeste de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2012.

André Quintão, Presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/4/2012

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e o Deputado Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir os malefícios causados pelo uso abusivo de agrotóxicos aos trabalhadores rurais, bem como aos consumidores desses produtos contaminados. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Padre João, Deputado Federal; Carlos Calazans, Superintendente Regional do Incra; Nataniel Diniz Nogueira, Gerente de Defesa Sanitária Vegetal do IMA, representando o Sr. Altino Rodrigues Neto, Diretor-Geral do IMA; Eliane Novato Silva, Coordenadora do Grupo de Estudos em Saúde do Trabalhador Rural da UFMG; Rômulo Luiz Campos, Assessor do Departamento de Assalariados Rurais da Fetaemg, representando o Sr. Vilson Luiz da Silva, Presidente da Fetaemg; e Francis Guedes, representante do MST-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Pompílio Canavez, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2012.

Rosângela Reis, Presidente – Doutor Wilson Batista – Luiz Carlos Miranda.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 8/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.974 e 2.982/2012, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Celinho do Sintrocel, Anselmo José Domingos, Célio Moreira e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/5/2012, às 19h30min, na Escola Municipal Maria da Assunção de Marco, na Rua Ana Horta, 98, Bairro Goiânia, em Belo Horizonte, com a finalidade de debater a duplicação e revitalização da Rodovia MG-5, situada nas proximidades do Anel Rodoviário, na região Noroeste desse Município; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2012.

Adalclever Lopes, Presidente.

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 3/5/2012, as seguintes correspondências:

OFÍCIO Nº 11/2012

Do Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado, em que comunica sua ausência do Estado no período de 4 a 13/5/2012, por motivo de viagem de caráter particular, sem ônus para o erário.

OFÍCIO

Do Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado, em que apresenta o propósito da estruturação da Sala de Situação no âmbito do Poder Executivo, a qual prestará as informações necessárias ao acompanhamento das matérias legislativas de interesse comum entre os Poderes Executivo e Legislativo.

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

- de congratulações com a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. pelos 80 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.834/2012, do Deputado Pompílio Canavez);
- de congratulações com o Sr. Altir de Souza Maia por sua eleição para o cargo de Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Unai (Requerimento nº 2.837/2012, do Deputado Inácio Franco);
- de aplauso à Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda., detentora da marca Itambé, pelos 63 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.839/2012, do Deputado Doutor Viana);
- de aplauso à Associação Mineira dos Criadores de Zebu, de Curvelo, pelos 71 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.840/2012, do Deputado Doutor Viana);
- de repúdio à decisão da Terceira Turma do STJ que inocentou um homem que estuprou adolescentes de 12 anos de idade (Requerimento nº 2.855/2012, da Deputada Luzia Ferreira);
- de aplauso ao Sr. José Maria de Oliveira pela realização do 1º Encontro de Cafeicultores da Microrregião de Campos Altos (Requerimento nº 2.856/2012, dos Deputados Bosco e Anselmo José Domingos);
- de congratulações com a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Araxá pelos 22 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.875/2012, do Deputado Bosco);
- de congratulações com a Sra. Marisa Coli Noronha pela obtenção da 2ª colocação na 21ª edição do Prêmio Ernesto Illy de Qualidade do Café para Espresso (Requerimento nº 2.890/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de aplauso à Usiminas pelos 56 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.892/2012, do Deputado Doutor Viana);
- de regozijo pelo anúncio da instalação do Consulado dos EUA nesta Capital, a ser enviada à Sra. Hillary Clinton, Secretária de Estado desse país (Requerimento nº 2.897/2012, do Deputado Jayro Lessa);
- de regozijo pelo anúncio da instalação do Consulado dos EUA nesta Capital, a ser enviada ao Sr. Thomas A. Shannon, Embaixador desse país no Brasil (Requerimento nº 2.898/2012, do Deputado Jayro Lessa);
- de regozijo pelo anúncio da instalação do Consulado dos EUA nesta Capital, a ser enviada ao Sr. Barack Obama, Presidente desse país (Requerimento nº 2.899/2012, do Deputado Jayro Lessa);
- de congratulações com a PMMG pelo trabalho desenvolvido pela equipe do helicóptero Guará 02 durante as enchentes que arrasaram a Zona da Mata mineira no início deste ano (Requerimento nº 2.944/2012, do Deputado Doutor Wilson Batista);
- de congratulações com Jaqueline Campos Costa, Júlia Maria Resende Ferreira e Christopher Mateus Carvalho, alunos da Escola Estadual Manuel Antônio de Sousa, situada no Distrito de Azurita, no Município de Mateus Leme, por representar o Estado na International Science and Engineering Fair, mediante apresentação de pesquisa sobre a eficácia curativa da planta pariri (Requerimento nº 2.962/2012, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia);
- de aplauso aos policiais militares convocados a participar de reunião dessa Comissão em 23/4/2012 pelos relevantes serviços prestados e pela coragem em combater o crime (Requerimento nº 2.964/2012, da Comissão de Direitos Humanos).

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 2/5/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

exonerando, a partir de 7/5/2012, Fernanda Conceição Santos Aguiar do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Ana Karla Bahia do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR.

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2012****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 29/2012**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, às 10h30min do dia 16/5/2012, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a contratação de serviços de seguro aeronáutico para aeronave Xingu prefixo: PP-EMN.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 4 de maio de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2012****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 30/2012**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, às 10h30min do dia 17/5/2012, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a aquisição de bancadas em granito.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 4 de maio de 2012

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo conveniente: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais. Objeto: cooperação mútua a fim de maximizar as ações de polícia preventiva necessárias ao exercício do mandato eletivo, com alocação de militar, conforme plano de trabalho. Objeto do aditamento: 2ª prorrogação. Vigência: de 28/1/2012 até 27/1/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-031.729-4.239-3.1.90-10.1 e 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



ERRATA

ERRATA

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.049/2012

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 4/5/2012, na pág. 23, na “Conclusão”, onde se lê:
“Projeto de Lei nº 3.043/2012”, leia-se:
“Projeto de Lei nº 3.049/2012”.